

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CRUZ, Magno José. Magno José Cruz (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 25min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Magno José Cruz  
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

***Técnico de gravação:*** Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

***Local:*** São Luís - MA - Brasil;

***Data:*** 08/09/2004

***Duração:*** 2h 25min

Arquivo digital - vídeo: 3; Fita cassete: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou por seu cargo como presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN).

***Temas:*** Agronomia; Atividade profissional; Classe trabalhadora; Cultura brasileira; Engenharia; Esquerda; Família; Formação acadêmica; Formação escolar; Fundação Ford; Governos militares (1964-1985); Infância; Maranhão; Militância política; Movimento negro; Partido dos Trabalhadores - PT; Racismo; Religiões afro-brasileiras; Rio Grande do Norte;

## *Sumário*

Entrevista: 08.09.2004 Fita 1-A: Origens; a trajetória de sua mãe como trabalhadora de fábrica de tecido em Maranhão; a trajetória escolar de sua família; a reputação do entrevistado nos estudos; o interesse pelo curso de Agronomia e a eventual escolha pela Engenharia; a questão racial na vida familiar; os diferentes métodos de ensino no Liceu e na universidade; a experiência como professor de um colégio particular; o estágio remunerado no Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DER); o trabalho no Projeto Rondon em 1976; as outras atividades profissionais na área de Engenharia Civil; o concurso público para o trabalho em pequenas propriedades rurais do Nordeste; o sustento econômico da família; a experiência positiva na região de Caicó, Rio Grande do Norte. Fita 1- B: A estabilidade econômica proveniente do trabalho; o retorno ao Maranhão em 1978; o auxílio do tio para a criação de sua construtora; a criação de sua construtora; o emprego na Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (Caema); os contatos com o movimento negro e o Centro de Cultura Negra (CCN); a atividade formativa do CCN; as reflexões sobre raça promovidas nos encontros do CCN; o ingresso no movimento negro a partir do III Encontro de Negros do Norte e Nordeste em 1983; a criação do bloco Akomabu; a diferença entre os blocos afro da Bahia e do Maranhão; a presidência do Departamento Cultural do CCN; a difusão das narrativas de protagonismo negro nas escolas; a integração do movimento negro em nível nacional. Fita 2-A: As palestras organizadas pelo CCN nas escolas; a criação do grupo de mulheres negras Mãe Andreza; o time de futebol oriundo das discussões do movimento negro; a relação do CCN com a questão rural dos quilombolas; o encontro de temática “O Negro e a Constituinte” organizado durante a sua gestão; o crescimento do CCN; a divergência de opiniões quanto às gestões do CCN; a presidência e a coordenação do CCN; ações do movimento negro nacional no centenário da abolição, em 1988; as origens da Fundação Palmares; a manifestação contra o 13 de maio; o engajamento político nas ruas a partir de sua gestão; as despesas das atividades do CCN. Fita 2-B: As relações com a Fundação Ford e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; o projeto Vida de Negro; a diversidade de projetos e financiamentos por entidades internacionais; as cisões do movimento negro e as mudanças na percepção sobre o negro; a situação de miserabilidade dos negros nas zonas rurais; a consciência racial no espaço rural; a participação na Conferência de Durban em 2001; o alcance do movimento negro em expansão; reflexões

sobre a trajetória da nova geração de negros; a candidatura pelo Partido dos Trabalhadores em 1988. Fita 3-A: A recepção negativa de um pai de família negro da candidatura do entrevistado; reflexões sobre a política e geopolítica brasileira; críticas ao Partido dos Trabalhadores; a influência da cartilha O negro e as eleições de Amauri Mendes; o recorte de raça na militância política; a aferição racial do bloco Ilê Aiyê; os aprendizados sobre a religiosidade africana; a relação com João Francisco e a propriedade do Akomabu.

*Entrevista: 08/09/2004*

V.A. – Então, nós estávamos conversando um pouco sobre como é que a gente trabalha com essas entrevistas. A gente procura entender como que a pessoa, a sua formação, como que ela chegou a ser uma liderança negra, chegou a ser aquilo que a gente está interessado, que é o nosso objeto agora, especificamente é isso. Eu queria te perguntar, a primeira coisa: onde você nasceu, quando, porque a gente começa do início mesmo. A sua formação, socialização, os pais, quem eram os pais, essas coisas assim.

M.C. – Eu nasci aqui mesmo em São Luís, em um bairro de periferia chamado Macaúba, em 25 de maio de 1951. Portanto tenho 53 anos em 2004. Bom, eu acho que eu não fujo muito do padrão de uma criança negra que a mãe trabalhou em fábrica de tecido, porque na época, nessa década de 1950, estava no auge aqui no Maranhão, várias fábricas. E não tinha pai. Minha mãe teve quatro filhos e eu fui o mais novo, o último, são duas mulheres, a primeira e a segunda, depois meu irmão e eu. Eu sempre digo e brinco com isso, porque minha mãe acabou repetindo aquilo que na África tinha em algumas comunidades, ela teve vários maridos. Sendo que o primeiro – desse primeiro casamento nasceram as minhas duas irmãs – foi um casamento na Igreja e os outros dois foram atrás da Igreja, que foi com o pai do meu irmão e com o meu pai. Então teve três, mas nenhum assumiu e ela botou o barco para frente.

V.A. – Nem o da Igreja?

M.C. – Nem o da Igreja. Foi embora depois para o Rio e não voltou mais.

V.A. – Como era o nome da sua mãe?

M.C. – Minha mãe ainda está viva. Ela tem 84 anos, é de 1920 e ainda está lúcida, tranquila, é uma das minhas ouvintes quando eu faço o programa de rádio.

V.A. – Como é o nome dela?

M.C. – Raimunda Cruz. A gente chama mais de dona Didi. Então dona Didi foi trabalhadora de fábrica de tecido, uma grande lutadora. E eu me lembro que quando eu era criança ela participava sempre das greves. Eu lembro que tinham greves nas fábricas e ela sempre participava. E acho que isso acabou marcando um pouco a minha militância depois na idade jovem. Bom, e aí eu estudei em escola pública, fui contemporâneo, quando estudei no Liceu Maranhense, da Roseana Sarney e do Zequinha Sarney. Então muita gente estranha isso hoje, onde a Roseana me vê ela atravessa a multidão e vem me abraçar, embora hoje a gente esteja em polos totalmente opostos politicamente, mas é uma amizade que a gente teve na época do

Liceu, que é 1965, quando o pai dela era governador. Mas mesmo tendo o pai governador ela estudava na escola pública. Ela estudou em uma escola pública aqui no Maranhão, ela e o Zequinha Sarney, o Sarney Filho.

V.A. – Deixa eu só te interromper um pouquinho, porque o fato de chegar no Liceu também não é uma coisa muito comum para uma criança de periferia, pobre, não é? A sua aplicação nos estudos já é alguma coisa diferente, não? Porque o Liceu é o ensino médio, não é isso? Então, em princípio, uma criança pobre cuja mãe trabalha em fábrica, não necessariamente chega ao Liceu. Seus irmãos também chegaram ao Liceu?

M.C. – Uma irmã estudou no Liceu, porque o Liceu era assim: de manhã era chamado Liceu e à tarde era Instituto de Educação. Aí minha irmã estudou à tarde no Instituto de Educação.

V.A. – Para ser professora, escola normal?

M.C. – Exatamente, escola normal. Agora, interessante é minha vida de estudante. Eu tinha o primeiro ano de primário, eu fiz um ano, fui repetente, aí fiz o segundo ano. Aí no segundo ano do primário fiz a primeira vez e fui repetente. Então eu era considerado rude. Aquele menino que não tem futuro.

V.A. – Mas rude por que, porque era brabo?

M.C. – Não, porque eu não aprendia as coisas. A professora já achava que eu ia ficar reprovado, e eu me lembro que naquela época o estudo era muito puxado. O aluno para passar no primeiro ano primário tinha que ler corretamente e se tivesse uma crase ele tinha que dizer “aa”. E hoje tem gente se formando na universidade que não sabe ler. Mas aí, tanta repetência e de eu ouvir tanta crítica dentro de casa, e de dizer que eu não me esforçava – eu também apanhava por causa disso – do terceiro ano em diante eu comecei a me esforçar e ser o melhor da turma. Na realidade eu fui o melhor da turma até concluir o secundário.

V.A. – No Liceu também?

M.C. – No Liceu eu era o melhor da turma. Isso com muito esforço, porque eu tinha dificuldade com livros, eu pedia livros emprestados para os colegas e estudava, por exemplo, eu estudava de manhã e pedia de manhã, de tarde eu estudava, à noite eu ajeitava o livro, encapava e devolvia no dia seguinte. Todo mundo gostava de emprestar o livro para mim porque até as dobras que tinha na ponta eu tirava. Então todo mundo gostava de receber o livro de volta. Então foi desse jeito. Praticamente eu não tive condições de comprar nenhum livro. Então com muito esforço eu estudava à noite com uma turma de companheiros, isso já do primeiro ano do científico em diante. A gente criou um grupo de estudos, eram pessoas pobres como eu, talvez

eu fosse o mais pobre mesmo desse grupo, e a gente estudava, se preparando já para o vestibular. A gente começou a se preparar para o vestibular já no primeiro ano. Não tinha nessa época o Pase, Programa de Avaliação Seriada, essas coisas todas.

V.A. – Não tinha o quê?

M.C. – Esse vestibular que a pessoa faz hoje que é parcelado, a pessoa faz uma prova desde o primeiro ano, no segundo ano faz outra prova e no terceiro também. Não tinha, mas a gente já saiu do antigo ginásio se preparando para o vestibular. Aí escolhi o que eu ia seguir, na realidade eu tinha muita vontade de fazer Agronomia. Mas eu tinha muita dificuldade com matéria decorativa. Meu forte era mesmo sempre as matérias técnicas, Matemática, Física, Química, a Biologia não entrava na minha cabeça, era uma matéria muito decorativa. Então em decorrência disso eu desisti de fazer Agronomia e fui fazer Engenharia. Mas não me arrependo não.

V.A. – Por que Agronomia?

M.C. – Porque Agronomia puxava muito para a Biologia.

V.A. – Não. Mas por que você queria fazer?

M.C. – Interessante. Eu acho que foi no primeiro ano do científico, o Liceu fazia o seguinte: todo sábado, porque nós tínhamos aula nesse período até no dia de sábado, de dez horas em diante, levava um profissional de uma área, médico, enfermeiro, dentista, engenheiro, agrônomo, sempre levava um técnico para falar da profissão e dizer o que era a profissão para a gente poder optar, o que a gente ia escolher. E a coisa que eu mais me empolguei foi com a Agronomia. Porque eu gosto muito de plantas e isso contribuiu também para mim. E em uma experiência que o cara falou na época, eu me lembro bem dele falar assim, de fazer enxerto com uma planta de laranja e a laranja poderia dar limão e todas frutas da mesma família, tangerina... e isso me empolgou muito. E o cara falava assim: “A Agronomia é que vai apontar para a principal solução do mundo, que é para a fome.” Na época o pessoal dizia isso. E eu, empolgado, achava que fazendo Agronomia, resolveria o problema da fome. Mas depois eu vi que eu não conseguiria ter êxito no vestibular e, também, meus colegas me influenciaram, porque todo mundo ia fazer Engenharia. Nós éramos seis, tinham duas meninas que eram irmãs, que eram da nossa equipe, e quatro rapazes. E isso contribuiu. E eu tinha assim, era como quem diz assim: “Ou vencer ou não.” Eu não tinha outra escapatória. Minha mãe dizia assim: “Se tu não passar no vestibular...” Eu já tinha inclusive uma oficina de ferreiro em que eu ia trabalhar.

E não é que eu tivesse preconceito, não sei se na época eu tinha isso, mas eu queria estudar, eu queria me formar. Minha vontade era crescer e não acabar minha vida em uma serraria.

V.A. – Esse Liceu foi feito em que anos?

M.C. – Eu entrei lá em 1965 e passei sete anos lá. Foram quatro anos do ginásio e três do científico.

V.A. – No seu não era só colegial não?

M.C. – Não. Era o ginásio e o colegial, sete anos. Então, o Liceu marcou minha vida. As grandes amizades que eu fiz foram no Liceu. Sete anos estudando. Tive colegas que estudamos os sete anos, até 1971. Em 1972 eu já entrei na universidade, na faculdade de Engenharia. Então havia essa pressão. Uma pressão por quê? Meu irmão, que é mais velho do que eu três anos, já trabalhava desde os 13 anos. E aí, quando a gente entra para o movimento negro a gente vai descobrir um monte de coisas. Por que meu irmão trabalhou mais cedo e eu não trabalhei? E por que investiram tanto em mim? Porque na realidade eu era o mais claro. Meu irmão era mais escuro do que eu. Mas isso eu só fui descobrir lá quando eu fui entrar para o movimento negro. Esse tratamento diferenciado que dentro da família de afrodescendentes, os mais clarinhos são mais poupados. Então eu fui poupado, mas teve um limite. Se eu não passasse até essa idade de 19 anos mais ou menos, 20 anos.

V.A. – Mas o senhor era o caçula também.

M.C. – É, também tinha essa história...

V.A. – De que o irmão tinha que ajudar a mãe a cuidar mais...

M.C. – Tinha. Praticamente foi o tempo em que as fábricas fecharam, entraram em falência, e minha mãe começou a trabalhar como empregada doméstica aqui e acolá, mas não era uma coisa fixa. E aí meu irmão foi trabalhar com um tio meu que trabalhava de eletricitista. Pegava grandes serviços de prédios e tal, então meu irmão trabalhou desde cedo. Desde a idade de 13 anos ele assumiu o papel de pai de família.

V.A. – A diferença de idade do senhor para o seu irmão é de?

M.C. – Três anos. E aí fiz o vestibular e passei em décimo lugar, sem fazer cursinho nem nada, só com o estudo do Liceu. Mas era um Liceu diferente, um ensino público que na época era de qualidade realmente. Grandes professores... Eu tenho saudade do Liceu pela forma como nos últimos anos os professores não tinham mais aquela história de fazer provas... E aí eu senti um choque muito grande, uma grande decepção ao entrar na faculdade. Foi uma das maiores decepções que eu sofri. Porque eu fiz muito esforço, acreditei muito e quando entrei para a



faculdade encontrei um ensino reacionário, de professores vigiando a gente na hora da prova. E lá no Liceu, no colegial, não tinha mais isso. Porque os professores diziam assim: “Vocês vão estudar se quiserem ser alguém na vida, se quiserem crescer, passar no vestibular, vocês têm que estudar. Então não tem sentido a gente ficar aqui controlando prova. Vocês mesmo corrigem a prova de vocês, vocês mesmo que avaliam.”

V.A. – Era bastante liberal para a época.

M.C. – Tanto é que eu senti muito isso na faculdade, quando entrei na Escola de Engenharia havia professores que tinham prazer de reprovar, aquela coisa muito... foi para mim uma grande frustração. E aí, por esse tratamento, essa decepção, eu fiquei um aluno da média. Eu não mais me esforcei como tinha aquele desempenho de ser o primeiro da turma. Na Escola de Engenharia eu não fiz mais esforço. Eu simplesmente fiz o esforço de passar e de aprender também, não é? Mas não de ser o primeiro. Eu achava até engraçado aqueles alunos que disputavam as melhores notas porque aí eu não entrei mais nessa. Mas foi uma barra. E a faculdade era para esse lado aqui. Eu tinha que atravessar essa barragem aqui a pé 12 horas. Aí logo que eu passei no vestibular eu fui ensinar, consegui uma vaga em um colégio.

V.A. – O senhor entrou em 1972 aqui na Universidade Federal do Maranhão?

M.C. – Não. Na época a Escola de Engenharia era separada, porque aqui tem a Universidade Federal do Maranhão e tem a Uema, que é a Universidade Estadual. E a Escola de Engenharia faz parte da Uema. Só que na época a Escola de Engenharia, a Escola de Administração e a Escola de Agronomia eram escolas separadas. Eram escolas estaduais mas eram separadas. Só depois, eu não me lembro quando, elas se juntam e formam a Uema. Ficam todos em um só espaço e inclusive se mudam daqui para uma outra área lá na Cidade Operária, para aquela banda assim.

V.A. – Aqui que o senhor diz era no campus do Batan mesmo?

M.C. – Era.

V.A. – Nesse mesmo campus?

M.C. – Nesse mesmo campus que ficava a Escola de Engenharia.

V.A. – O senhor estava dizendo 12 horas, o senhor tinha que andar 12 horas? Não entendi.

M.C. – Não. Porque era assim: eu saía de casa muito cedo para dar aula nesse colégio que eu ensinava, dava aula de Matemática e Física.

V.A. – Era um colégio particular?

M.C. - Era um colégio particular que era na época ginásio e científico. Eu dava aulas tanto no ginásio quanto no científico de Matemática. Tinha várias turmas. E estudava à tarde aqui na Escola de Engenharia, começava a aula aqui às 12:30 h. Então, quando eu terminava de dar aula 11:40 h eu só fazia às vezes uma merenda e tinha que vir para cá, para chegar no horário. Aí nós tínhamos aulas até 18:30 h aqui. Terminando essa aula, eu saía daqui direto para o colégio para dar aula.

V.A. – De noite também?

M.C. – De noite. Aí só chegava em casa tarde, dez, onze horas da noite. Com mais sede do que fome. Porque chegava quase a não me alimentar. E foi durante uns três anos, são cinco anos a Escola de Engenharia, durante três anos foi essa batalha assim. Depois eu consegui alguns estágios no DER, Departamento Estadual de Estradas e Rodagens, e aí já suavizou porque eu não...

V.A. – Era estágio remunerado?

M.C. – Era remunerado, e eu não tinha que estar... porque era tão pouco o que eu ganhava dando aulas, mas gostei. Foi uma experiência muito boa. Eu muito tímido, tinha um temperamento assim, e para enfrentar uma sala de aula eu sempre tinha muito medo. A primeira aula eu tremia todo. Depois eu fui ver que eu tinha uma tendência a me comunicar legal com os alunos. Eu fui considerado, no período que eu lecionava, como o melhor professor pelos alunos. Porque eu não era só professor, eu era amigo dos alunos, conversava, tinha vezes que eles estavam com dificuldades e eu dava aulas extras aos sábados sem pagamento sem nada. Aí já vinha meu lado de militante assim. Bom, aí eu basicamente não tive militância nenhuma nesse período. Eu fui estudante e depois um estudante trabalhador. Então eu não tinha envolvimento com movimento. Então a maioria dos nossos companheiros, o pessoal do partido, do próprio movimento negro, muitos passaram pelo processo de Igreja, Comunidade Eclesial de Base, eu não passei. Realmente não fui fruto dessa formação que a Igreja tinha na época.

Quando eu estava fazendo faculdade eu participei... e isso me deu uma experiência de trabalhar em grupo, eu tinha muita dificuldade, eu era muito egoísta. Meu temperamento era muito fechado, não gostava de repartir as minhas coisas, e eu comecei a perder isso através do Projeto Rondon. Eu viajei para uma cidade chamada Arraias em Goiás, em 1976. Ela fica quase na fronteira com a Bahia, alguma coisa assim. Nós passamos 45 dias trabalhando nessa cidade no Projeto Rondon. Eu trabalhava na minha área realmente, já estava no sexto ou sétimo período de Engenharia, e trabalhava no projeto de construção de fossas e rebocos de casas. Foi

uma campanha e tal. O reboco era para evitar o barbeiro, que é um inseto que provoca a doença de Chagas, uma doença de coração, a picada dele e a pessoa fica... e a fossa era para evitar contaminação por verminose. Então trabalhamos muito. Fomos eu e um companheiro que também era da minha turma de Engenharia. Nós participamos do projeto Rondon nessa cidade, isso foi no começo do ano, e no meio do ano, como a nossa equipe teve um desempenho bom no projeto que nós trabalhamos lá, nós fomos chamados para o Projeto Rondon já como monitores no mês de junho. E aí nós viajamos para uma cidade daqui do Maranhão chamada Barra do Corda. E participamos desses dois momentos do Projeto Rondon, o que me deu uma experiência de trabalhar em grupo. Eu não tinha essa experiência, porque eu não era do movimento da Igreja, e trabalhar em grupo assim é mais no colégio, não é?

V.A. – Você tinha o grupo do Liceu, que estudava junto.

M.C. – É. Mas não era um cotidiano. Era diferente. Uma coisa é você ter amizade, chega lá de manhã e tal, e outra é você conviver. E é complicado a convivência, o gráfico é ascendente aí depois equilibra. Mas acho que foram experiências que me ensinaram muita coisa. Eu nunca tinha saído de casa também. Então marcou o meu primeiro momento de experiência de trabalho de grupo, muito bom por sinal. É claro que depois a gente vai descobrir que por trás do Projeto Rondon tinha toda uma ideologia do próprio governo, a história do “integrar para não entregar”, tudo faz parte de uma política inclusive do período Militar, porque a gente estava vivendo esse período, uma ditadura. Nós já estamos?

V.A. – Em 1976 o senhor foi para Arraias para Barra do Corda.

M.C. – Isso. E quando foi no final do ano eu me formei. E aí a vida profissional vai... não tinha essas dificuldades que tem hoje, o mercado de trabalho era mais fácil para gente. Eu trabalhei inicialmente em uma construtora. E anos mais tarde eu fui morar no conjunto que eu construí, chamado Cohaserma, Conjunto Habitacional dos Servidores do Maranhão. Era Master Engenharia, meu primeiro serviço. Eu trabalhei três meses. E aí teve uma história de um projeto Sertanejo, um concurso para técnico de nível superior. Era para técnicos em várias áreas, Engenharia, Agronomia, Serviço Social, acho que só não tinha mesmo Medicina, uma coisa assim. E o que era esse projeto? Na realidade eu só fui saber desse projeto depois. Mas o projeto era trabalhar com pequenas propriedades rurais no nordeste, principalmente na área do semiárido, primeiro fazer um levantamento da realidade dessa propriedade e discutir com o proprietário um projeto de financiamento para essa propriedade. Então o projeto podia incluir, na minha área, pequenas estradas, açudes, construção civil...

V.A. – O senhor fez Engenharia Civil?

M.C. – Civil. Aí tinha outras coisas que também podiam financiar, que era a compra de gado, o acompanhamento disso, plantação de feijão, de arroz... Então era um projeto que envolvia uma série de técnicos, e que tinha várias etapas. Tinha a primeira etapa que era a do projeto em si, de fazer o projeto e a outra que era o desenvolvimento do projeto, a implantação. E eu fui da primeira equipe, de ir para a área para fazer o projeto.

V.A. – Mas o senhor disse que só depois soube, não entendi.

M.C. – Sim, porque aí eu fiz a prova, passei e aí fui chamado. Foi em Recife o curso que nós fizemos em 1977.

V.A. – Era financiado pela União, pelo Governo Federal?

M.C. – Pelo Governo Federal, ligado ao Denocs. E quando nós chegamos em Recife, na rodoviárias, nós vimos o tumulto das pessoas. Porque esse projeto era, na realidade, para todo o nordeste e todo mundo ia para o Recife para fazer um curso, uma capacitação. E eram três meses essa capacitação. Quando nós chegamos lá, muita gente desistiu inclusive. Teve gente que chegou e no mesmo pique comprou a passagem de volta e voltou. Porque essa capacitação tinha um caráter eliminatório também. A pessoa tinha que conseguir uma média, e a média era oito. Você tinha que alcançar essa média senão não estava empregado. Então muita gente desistiu. Eu estava lá, então resolvi ficar. Também foi uma surpresa para mim porque eu pensava que com a prova, passando no concurso já garantia a estabilidade no emprego.

V.A. – Qual foi o tumulto, foi por causa disso?

M.C. – É, muita gente voltou.

V.A. – Já na rodoviária que souberam?

M.C. – Lá na rodoviária que souberam disso, que era eliminatório. E aí foi durante três meses.

V.A. – Durante os três meses vocês recebiam alguma coisa?

M.C. – Recebíamos uma ajuda de custo. Eu fiz o curso, aí tive que me esforçar, dali dependia a minha sobrevivência, porque eu deixei a minha família aqui e tinha que mandar dinheiro para o pessoal se sustentar aqui, não é? Aí, na época, como é que estava a minha família? Minha mãe, a minha irmã que casou muito cedo, com 17 anos casou com um homem idoso que morreu com treze anos de casado. Ela ficou viúva com 30 anos e quatro filhas. E aí à essa altura a doença consumiu tudo que eles tinham, ficaram só com uma casinha. E aí tinha minha mãe, aí meu irmão casou, esse mais velho, mas antes teve um filho fora do casamento que ficou morando com a gente.

V.A. – E a outra irmã?

M.C. – E a irmã com mais quatro filhos, dependiam do meu trabalho na realidade. Então eu não podia prescindir de nada.

V.A. – O senhor trabalhava ainda na Master, também não?

M.C. – Quando eu saí pedi minhas contas na Master, trabalhei só três meses, passei no concurso aí fui.

V.A. – E a ajuda de custos do curso dava para sustentar a família, a irmã e os quatro filhos?

M.C. – Dava.

V.A. – E a outra irmã, o que fazia nessa altura?

M.C. – Ela foi morar no Rio com o pai dela, o primeiro esposo da minha mãe. Ficou um tempão, aí depois que eu voltei, que vim para cá... ela hoje mora com a gente e é solteira. No final do curso lá, você optava para algumas áreas onde você teria que trabalhar. Como o Maranhão não era incluído dentro da área de semiárido, eu escolhi assim pelo nome, porque eu não conhecia, escolhi Caicó do Rio Grande do Norte. E depois, mais tarde, o Milton Nascimento fez uma música sobre o sertão de Caicó e eu adorava essa música porque ela marcava a minha vida. Mas ele fez essa música depois. Aí eu fui conhecer realmente o nordeste porque nós maranhenses não somos do nordeste realmente, a região aqui não é esse nordeste de seca, de muita pobreza. E arrancaram leite de pedra, porque eu fui conhecer frutas que eu nunca tinha visto aqui no Maranhão, como melão em uma região semiárida, onde você não tinha água praticamente, e o pessoal plantando melão e colhendo. Eu fiquei espantado. E trabalhamos muito lá. E aí, quando foi em 1978...

V.A. – O senhor acabou então fazendo Agronomia, não é? [riso]

M.C. – É. E eu me empolgava muito e sempre ficava junto com os agrônomos, então eu tinha uma afinidade muito grande com os agrônomos porque eu era curioso, sempre estava perguntando as coisas. Mas foi muito bom, porque as primeiras propriedades que a gente pegou... e nós tivemos sorte também, porque quando nós chegamos lá em Caicó em setembro de 1977, mais ou menos esse período, e era impressionante como você via tudo estorricado, tudo seco. E eu engordei nesse período porque eu bebia muita água, aquela sede constante, tomava muito líquido, sucos e tal. Quando foi em outubro para novembro deram as primeiras chuvas. Era impressionante: chove, daqui a dois, três dias tudo fica verde. Aquele mato jurema, que é uma mata típica da região, quando chegamos lá estava tudo seco, tudo estalando, aí depois de três dias tudo fica verdinho. Aí choveu. Então os projetos que nós fizemos para ter poço,

irrigação etc., a chuva colaborou. Tanto é que teve propriedade que pagou, porque era um crédito, a propriedade recebia um financiamento para pagar, era um crédito a perder de vista e tal. Mas teve propriedade que pagou assim com uns quatro meses, porque deu feijão e só com a venda do feijão pagou o crédito. Foi uma experiência muito interessante. Aí, obviamente que a experiência do projeto Rondon foi muito boa, porque aí eu já tinha uma experiência de trabalhar com uma equipe multidisciplinar, porque a gente trabalhava em conjunto com assistente social...

[FINAL DA FITA 1 – A]

M.C. – ...Que tratava da questão dos animais, da linhagem e tal. E muita coisa eu fui aprendendo. Aprendi muito nessa vivência. Foi um ano e pouco que eu passei em Caicó.

V.A. – E mandando dinheiro para casa?

M.C. – Isso. Aí até aconteceu uma coisa interessante: quando eu me formei eu não tive anel. Aliás, meu irmão, que já tinha uma certa estabilidade, perguntou para mim o que eu queria, se eu queria o anel ou uma festa. Aí disse: “Eu quero festa.” Mesmo porque eu não me prendia muito. O pessoal que estuda Engenharia é muito desligado com aquelas coisas de burocracia, e eu tive muita dificuldade inclusive de participar dessa festa de final do ano porque eu achava que tinha muita coisa fora do meu contexto. Mas participei da festa com os meus amigos de formação. E aí eu disse que preferia a festa. Aí foi feita a festa e não tive o anel. Mas aí senti que havia uma frustração na família, que tinha um doutor que não tinha anel. E aí com dois ou três meses que eu estava mandando dinheiro, quando já tinha um salário mesmo e eu mandava para cá, já estava com a carteira assinada depois da capacitação, três meses depois eu recebi uma caixa, isso foi no período do meu aniversário, porque eu faço aniversário em maio. Uma caixa chegou pelo correio, eu fui abrir, era o anel. Eles compraram o anel com o dinheiro que eu estava mandando. [risos] Mas de qualquer maneira eu tive o anel. Mas também, a frustração é que eu não usava. Mas aí, o que eu fazia? Quando eu vinha aqui, de vez em quando eu viajava, e quando estava para chegar eu botava o anel no dedo. Quando eu ia embora eu guardava o anel. Hoje eu não uso mais.

Aí as coisas começam a melhorar, porque você tem um salário. Onde a gente morava era um lugar baixo, quando chovia entrava água, depois a gente resolveu mudar. Bom, como é que eu volto aqui para o Maranhão?

V.A. – Um ano depois, final de 1978?

M.C. – Final de 1978 eu retorno porque havia uma série de promessas do Denocs que não foram cumpridas. Por exemplo: em termos de diária. O que ia acontecer comigo lá? Eu ia ficar em um lugar, sem preconceito nenhum, mas sem me atualizar com nada, parar no tempo, porque era uma cidade do interior, embora fosse a terceira cidade do Rio Grande do Norte. Tinha Natal, tinha Mossoró e Caicó, nessa ordem. Mas era uma cidade do interior. Em relação a São Luís era bem atrasada. E aí um tio meu, esse que meu irmão trabalhava, já tinha uma construtora e perguntou para mim se eu não queria também colocar uma construtora minha. Ele me daria uma sala – vocês aqui estão com a sala do Neab – que depois quando eu estivesse com condições eu poderia pagar a ele. Então ele me emprestaria o dinheiro para...

V.A. – Esse tio era irmão da sua mãe?

M.C. – Era irmão da minha mãe.

V.A. – Então era bem sucedido?

M.C. – Bem. Era um cara que mal sabia ler e se deu bem no ramo da construção civil. Coisas que acontecem, não é? Acontecia, porque hoje é mais difícil um empresário sair assim, praticamente do analfabetismo e se dar bem. Ele construiu um patrimônio...

V.A. – Ele não chamou o senhor para trabalhar com ele na construtora dele? Ele precisaria de engenheiros certamente, engenheiro civil.

M.C. – É, mas ele achava melhor, e eu também, a gente discutiu, que eu trabalharia, ele tinha uma firma e eu teria outra. Aí entrei em parceria com o meu irmão, a essa altura do campeonato meu irmão fazia – e ele acabou não concluindo aqui na Ufma – Engenharia Elétrica. Porque quando eu passei no vestibular, meu irmão que já tinha parado de estudar, já tinha concluído, se sentiu empolgado e começou a fazer vestibular, fez uns dois, três e passou. E veio fazer Engenharia Elétrica aqui, porque já era a área que ele trabalhava. Bom, mas ele, com os afazeres domésticos, familiares, eles já tinham quatro filhos e tal, ele acabou largando a faculdade, não chegou a se formar. Mas nesse período a gente então resolveu, eu e meu irmão fizemos uma construtora Cruz. Na época o pessoal criticou muito, porque era um nome muito lúgubre. Construtora Cruz lembrava cemitério e tal. Mas era o nosso sobrenome.

Bom, a gente pegou alguns serviços. E na época os serviços eram, como ainda hoje, o grande empreendedor é o Estado. Então como é que a gente conseguia alguns serviços? Através das Secretarias. Então você tinha algum conhecimento na Secretaria de Educação, de Saúde, então as obras que foram feitas era mais fácil a gente conseguir assim.

V.A. – Mas não tinha licitação?

V.A. – Tinha, mas havia mais facilidade da gente concorrer dentro desse sistema. E entrou um governo, eu não me lembro qual, foi já em 1979, e esse governo centralizou tudo só em uma secretaria, uma Secretaria de Infraestrutura. Aí ficou muito mais difícil, porque aí as firmas que eram beneficiadas, era um esquema que tinha no governo, eram só firmas do próprio governo que eram ligadas ao esquema do governo. E aí ficou difícil para as firmas pequenas. Aí eu senti que não ia dar mais para gente continuar. Aí eu soube que tinha uma vaga para engenheiro na Caema, Companhia de Água e Esgoto do Maranhão. E eu fui me apresentar. Na época não tinha concurso, mas tinha um teste lá, eu fiz e me empreguei. No começo de 1980, exatamente no dia 10 de janeiro, assinaram a minha carteira e eu comecei a trabalhar na Caema. Trabalho até hoje. Sou funcionário, sou engenheiro da Caema. Passei por vários setores de manutenção de esgoto, porque é Companhia de Água e Esgoto, hoje eu estou no setor de poços, trabalho no setor de poços da Caema.

V.A. – E vai para o interior também?

M.C. – Não. É mais em São Luís, porque a divisão que eu estou ligado é de São Luís. Porque tem várias divisões do interior, regionais, aí é outra pessoa, outro técnico.

V.A. – Aí venderam a construtora Cruz? Como é que foi?

M.C. – A gente nem vendeu, a gente não deu o encaminhamento burocrático que era decretar falência, alguma coisa assim. Largamos simplesmente de mão. Meu irmão tocou a vida dele como autônomo, que ele já tinha mesmo, e eu me empreguei na Caema. Mas teve um período que eu precisei me regularizar com alguma coisa alguns anos atrás e encontraram essa pendência, porque tinha uma firma minha. Aí um primo meu que trabalhava com uma consultoria de contabilidade e fez todo um trabalho junto ao Ministério para dar baixa. Então, praticamente se encerrou aí minha fase de empreendedor na construção civil. Mas essa experiência me mostrou, trabalhando com o meu irmão, ele seguia muito a lógica do meu tio, que era a lógica de pegar um serviço, contratar os empregados, pagar um salário aviltante e ter um lucro enorme. Na realidade, em uma obra, a base do lucro é essa. E isso eu me renegava, era uma discussão muito grande que eu tinha com o meu irmão. Mas como a gente acabava discutindo e se entendendo, a gente se gosta muito, aí a gente contornava essas nossas diferenças que eram ideológicas. Ele achava que... e eu achava: “Se a gente está tendo um lucro assim legal, vamos pagar melhor para o cara.” Então eu tinha uma outra visão de como encaminhar isso. Eu não me adaptava ao capitalismo dessa forma. Claro que eu estava sendo



capitalista também porque estava sendo empregador e lidando com os empregados. A relação também era diferente, não tinha essa história de ameaçar, sempre conversava. Então tinha uma outra prática. E com essa mudança na estrutura do Estado, da licitação e tudo mais, ficou difícil a gente conseguir obras. Por isso que eu entrei para a Caema. 1979 marcou um período da minha vida em que eu me envolvi com o bairro da Madreus, que é um bairro que vai ter escola de samba, bumba-meu-boi e eu vou me envolver com essa parte cultural e nessa altura do campeonato eu descubro que eu tenho uma capacidade muito grande de administrar, de liderar. Eu vou descobrir isso através desse trabalho cultural. Eu vou ser presidente de um bloco. E o bloco não tinha nada, e eu faço uma festa, organizo uma festa com todo mundo e a festa dá um grande lucro, a gente compra instrumentos, uma porção de coisas. Aí foi dando certo. E aí eu soube, fui informado, que havia o Centro de Cultura Negra, mas eu estava de longe durante uns quatro anos. Eu fui entrar no CCN em 1983 efetivamente. Aí já conhecia Mundinha Araújo porque um desses amigos lá da Madreus era primo da Mundinha. E a família da Mundinha gostava muito de festas, aí sempre estava tendo festas, e a família muito grande se reunia, e aí a gente se encontrava com a Mundinha e ela sempre me convidando para o Centro de Cultura Negra. Inclusive eu até cheguei a assinar a ata de fundação.

V.A. – Em 1979?

M.C. – Em 1979 não, 1980. Eu acho que foi 80, porque a Mundinha andava com esse livro de ata para ter um número suficiente de pessoas, e eu acabei assinando. Eu sou fundador fictício porque eu não fui fundador orgânico que estava lá no início, nas primeiras reuniões que tiveram as participações de Gilberto Gil e outras figuras de nível nacional que estavam por aqui e participaram da fundação realmente do CCN no dia 19 de setembro de 1979. Aí, quando tinha alguns seminários ela me convidava. E isso eu participava, dos seminários. Qual era a minha resistência em me engajar no trabalho do CCN? Eu não me considerava negro. Inclusive o meu apelido na faculdade era “moreno”. As pessoas sempre me chamavam, quem não conhecia meu nome, o pessoal de outras turmas me chamava de moreno. E eu era crente que eu era moreno. Então essa questão da identidade é muito complicada, não é?

V.A. – Mas a Mundinha também podia ser morena, não é?

M.C. – É.

V.A. – Mas ele se considerava negro.

M.C. – Essas contradições... Mas eu não dizia isso, que eu não ia porque não me considerava negro. Mas no fundo essa resistência eu tinha. Achava: como eu ia participar de uma entidade

do movimento negro se eu não me considerava negro? Mas com os seminários e com as palestras que houve muito, vieram vários historiadores, o Joel Rufino veio dar cursos... O CCN na realidade iniciou, a Mundinha deu o encaminhamento que eu acho que foi o melhor possível, porque foi de formação. Então as primeiras reuniões que eu fui no CCN eram reuniões de estudo. Era uma sala talvez um pouquinho maior do que essa aqui, quando dava mais de trinta pessoas tinha que ficar gente do lado de fora, e era texto para gente ler, era jornal para gente ler, para discutir, livros... eu tinha que levar um livro para casa e na outra semana eu devolvia para alguém ler. Então foi formação mesmo para a gente aprender. Ninguém sabia nada sobre a história do negro. E aí com esses cursos, esses seminários que eu fui participando, mas muito assim, eu aí fui percebendo que era negro. Era tanta coisa que o pessoal falava que eu me remetia à minha vida. Aí eu vou descobrir por que eu fui estudante profissional até 18, 19 anos e meu irmão trabalhou desde os 13. Aí eu fui descobrir por que quando eu ia nessa equipe que a gente montou para estudar do Liceu... tinha um colega nosso que era branco, a família dele era do interior, o pai dele tinha sido prefeito e quando terminou o mandato dele veio morar aqui, e tinha uma certa estrutura, uma estabilidade financeira, e a mãe dele era diretora de um colégio. E a gente só tinha aulas de manhã e de tarde. À noite a gente ia para esse colégio estudar, era o local onde a gente estudava. Então antes a gente tinha que passar na casa dele, todo mundo se encontrava lá e de lá a gente ia para a escola. Pegava a chave e ia para a escola a pé. E eu me lembro bem que no começo ele sempre dizia assim: “Aqui é Magno e ele é o melhor aluno da turma.” Aí, fazendo parte do movimento negro, eu vou descobrir que aquilo já era uma forma de discriminar, como quem diz assim: “Apesar de ser negro ele...” Isso foi um choque para mim. Porque a militância também, ser militante não é aquele deslumbramento, você também descobre muita coisa ruim. E é assim. Claro que eu continuei sendo amigo dessas pessoas, mas sempre lembrando essas coisas que eles diziam de mim assim. Me aceitavam, não por eu ser eu, mas por eu ser o melhor aluno da turma. Então todo mundo fazia questão de estudar comigo e para me apresentar para uma família branca eles tinham que justificar por que eu estava ali.

A.P. – Você acha que há algum momento emblemático nessa sua tomada de consciência? Porque foi um processo a partir das reuniões, mas tem algum momento que você considere um momento-chave?

M.C. – Esse foi um momento, eu acho que já em 1983, que aconteceu aqui em São Luís o III Encontro de Negros do Norte e Nordeste. Esse foi decisivo, porque aí eu me vi assim, eu fui

encostado na parede de ver, por exemplo, uma série de propostas. Aliás, nesse encontro, qual era a linha do encontro? Era fazer uma avaliação do movimento negro nesse período, do próprio movimento negro no Norte-Nordeste. E aí, a avaliação partia das entidades, cada entidade dizia o que fazia e o que não fazia, os entraves e como superar esses entraves. Aí para superar esses entraves surgiu uma série de propostas. E para concretizar essas propostas era preciso ter uma estrutura principalmente de recursos humanos. E eu vi que tinha que entrar para a luta. Eu disse: “Eu tenho que entrar.” Na realidade eu já participei da realização do encontro porque nós tínhamos que angariar um determinado... hoje tudo é financiado, na época não. A gente teve que arregaçar as mangas e fazer uma série de festas, de bingos, feijoadas, para arrecadar o dinheiro para realizar o encontro.

V.A. – E como o senhor era um bom administrador...

M.C. – Exatamente. Aí eu fui chamado para esse início, para esse pré-encontro. E terminou o encontro, eu acho que na realização do encontro eu disse: “Não tenho mais como fugir.” Tanto é que, não sei se os outros dirão, mas eu sou o único que permaneço. Entrei e permaneço. Teve pessoas que saíram, ou que são militantes de uma forma mais externa – eu acho que tem várias formas, não critico. Mas quem permaneceu, quem entrou e continuou sem tirar férias, inclusive eu ouvia muito isso lá no CCN: “Militante não tira férias.” E realmente eu nunca tirei. Estou sempre na luta, sempre fiquei na luta. Depois de 1983 para cá eu nunca mais saí. Em 1983 eu entrei e logo fui eleito diretor do Departamento Cultural. Havia uma estrutura no CCN muito vertical: presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretários... e tinha os departamentos. Só que os departamentos existiam só no papel. E a partir do encontro os departamentos foram realmente acontecer. E eu fiquei no Departamento Cultural. E aí começa a haver uma disputa interna por poder, não muito visível e não tão fratricida, era uma coisa... mas houve. Porque havia uma forma de encaminhar, eu diria assim: havia um grupo que achava que o CCN deveria caminhar ainda com muitos cuidados, continuar aquele trabalho de formação com grupos pequenos; e já havia um grupo que achava que a gente tinha, pela própria necessidade da população negra, da gente tornar mais visível esse trabalho e da gente se expandir, de abrir o CCN, na realidade foi isso. E nesse período vai começar a haver essa disputa muito tranquila também, e em 1985 eu fui eleito presidente junto com um grupo de pessoas. Alguns já faziam parte da diretoria passada. A Mundinha continuou...

V.A. – Deixa eu só voltar um pouquinho, em 1983, 84, se eu não me engano, foi fundado o bloco Akomabu. E o senhor estava no departamento cultural.

M.C. – Estava.

V.A. – O senhor é responsável pela criação desse Akombu?

M.C. – Não. Nós discutimos inclusive, e é interessante isso, porque nós fizemos muitas reuniões no Departamento Cultural para discutir como seria esse bloco Akomabu. É uma experiência que a Mundinha sempre falava da Bahia, que havia o bloco afro que ia para a rua falando da história do povo negro e nós achávamos interessante. Mas nós não queríamos copiar o bloco da Bahia. Nós queríamos fazer um bloco afro com a nossa realidade, com as nossas características. E aí nós discutimos assim: “Vamos botar o Bumba-meu-boi?” “Mas o bumba-meu-boi tem no período junino. Não tem nada a ver com o período de carnaval.” Aí pensamos no tambor de crioula porque ele sai em vários períodos do ano, inclusive no carnaval. Não só no São João, no carnaval, mas em qualquer período do ano. Mas aí a gente viu que o tambor de crioula é uma roda, é um grupo pequeno e parado, ele se apresenta parado. Não é um bloco em desenvolvimento, não é uma manifestação que anda. Ele anda para se deslocar para ir para um lugar e ali ele para e dança. E nós acabamos realmente adotando a forma dos blocos da Bahia, mas o ritmo não ficou igual. Tanto é que nós não tocamos, nosso ritmo não tem muito a ver com o samba-reggae dos blocos afro da Bahia, nosso ritmo está muito mais voltado para o tambor de mina dos nossos terreiros daqui. E por que ficou assim? Porque a maioria do pessoal que fazia parte da bateria, que era uma bateria tão pequena, a maioria não, todos – a bateria tinha dez, doze instrumentos – todos esses batuqueiros eram oriundos das casas de religião, ou eram netos da casa da mina, sempre tinham uma ligação com a religiosidade, com os terreiros. E trouxeram dos terreiros a forma como eles tocavam, a cabaça tocando, o agogô, e o próprio atabaque eram no ritmo da mina.

V.A. – Qual a diferença? Porque eu não entendo nada de música? O bloco da Bahia, como que ele toca?

M.C. – O bloco da Bahia é mais ou menos aquele ritmo da Daniela Mercury, que é o que eles chamam de samba-reggae. É um ritmo afro, porque tanto o samba quanto o reggae são de origem africana. Mas o nosso está mais para o candomblé, se a gente for fazer uma comparação. Aqui a gente não usa aquela terminologia de candomblé, usa mina, tambor de mina e para o interior é terecô.

V.A. – Que é a mesma coisa do tambor de mina?

M.C. – Exatamente. É uma palavra mais do pessoal do interior.

V.A. – E o que quer dizer Akomabu?

M.C. – Akomabu é “a cultura não deve morrer”.

V.A. – Em que língua?

M.C. – Na língua Fon. Passou um estudioso aqui, eu não me lembro o nome, e ele sugeriu esse nome. Eu não me lembro o nome dele. Ele sugeriu esse nome com esse significado, Akomabu: “A cultura não deve morrer.”

V.A. – Que língua, Fon?

M.C. – É Fon. Tem um catálogo que talvez depois eu passe para vocês, mas é uma língua africana, do povo Fon.

V.A. – Que vieram para cá, para o Maranhão?

M.C. – Não. Talvez tenha vindo, mas ele sugeriu esse nome, porque é um nome africano. Mas não significa que aqui a gente tinha alguém, até porque isso se perde muito.

A.P. – Se eu não me engano, os Fon são da região ali de Mina, não? Da Bacia do Benin?

M.C. – Exatamente. O certo é que ficou esse nome e esse bloco sai desde 1984. Quando em 1985, a gente no começo do ano faz parte da diretoria, a gente traça...

V.A. – Você é eleito presidente.

M.C. – Presidente, monta todo um trabalho, e aí nós reforçamos o bloco Akomabu. Mas o bloco Akomabu não surgiu nessa gestão que eu vou fazer parte, ele surge ainda na gestão da Mundinha. Inclusive a Mundinha é que conhecia essa experiência. Eu nunca tinha ido na Bahia. Ela já tinha ido, inclusive já tinha participado de um ou dois carnavais lá na Bahia. Mas a partir da nossa gestão, porque eu digo que era um grupo, aí a gente coloca em prática aquela história de ampliar o CCN. Tivemos alguns problemas, mas eu acho que foi um momento muito rico e que trouxe muitas experiências, muitos conflitos internos, porque aí você vai ter um bloco que no primeiro ano sai com 60, 70 pessoas; aí no segundo, em 1985, ele já vai sair com 250 pessoas e aí vai em uma ascendência até chegar em três mil pessoas. Aí além do bloco gerar uma estrutura, o Ilê Aiyê é um bloco, não é uma entidade. Ele não era uma entidade, era um trabalho que a gente fazia. Aí nós demos continuidade também a esse trabalho de formação, continuamos. Ampliamos as equipes que iam para as escolas fazer palestras, essa sempre foi uma prática nossa. A Mundinha deu início a isso.

V.A. – Como assim?

M.C. – A gente ia para as escolas fazer palestras, desmistificar a História Oficial. Na época o nosso discurso era muito limitado a falar da princesa Isabel. O pessoal dizia: “Mas vocês só vem na escola falar mal da princesa Isabel?” Dizia que a princesa Isabel não era a nossa

libertadora, porque a princesa Isabel foi um mito muito arraigado, principalmente aqui no Maranhão onde ela era endeusada. Em Codó, no interior, tinha o pessoal que fazia procissão para a princesa Isabel dia 13 de maio. Tinha uma procissão que levava a imagem da princesa Isabel, mas não sei como era essa imagem. Devia ser um retrato. Então nós tínhamos que trabalhar na desmistificação desse mito, porque não era apenas da princesa Isabel, mas era um mito criado pelo próprio Estado brasileiro de que nós tínhamos que depender de uma redentora, seja ela como princesa, como imperador, como presidente, qualquer coisa. Mas nós tínhamos sempre que esperar que alguém resolvesse os nossos problemas. Então era nesse sentido que a gente ia desmistificar. Mundinha na época fez uma pesquisa – ela sempre trabalhou com pesquisa, ela deve falar com vocês – sobre as leis abolicionistas. E aí, muita coisa a gente não sabia dessas leis, porque elas, na realidade, por exemplo, a Lei do Ventre Livre é uma Lei longa, não é só dizer que estava livre a criança que nascesse. Era uma Lei contraditória: como é que a criança está livre e a mãe continua escrava? E a gente levava toda essa reflexão para as escolas.

V.A. – Agora, quais escolas?

M.C. – Basicamente as escolas públicas.

V.A. – E vocês conseguiam conversar com as diretoras? Consequiam entrar? Porque também tem uma negociação aí

M.C. – Só uma história: nós mandávamos um ofício com bastante antecedência. Em que período que a gente ia para as escolas? No período da Semana do Negro, que era no período que envolve o 13 de maio. O CCN vai fazer 25 anos, então nós fizemos a 25ª Semana do Negro.

A.P. – Vocês não adotaram aqui o 20 de novembro?

M.C. – Adotamos, mas depois dessa integração com o movimento negro em nível nacional.

A.P. – E quando é essa integração?

M.C. – Em 1982. E a Semana do Negro já nasce em 1980. A primeira Semana do Negro foi em 1980. Então o CCN é fundado em 1979 e em maio de 1980 já é a primeira Semana do Negro com um cartaz onde aparece uma negra pilando arroz. Pegamos uma foto de uma negra da zona rural, que é uma realidade, no Maranhão a maioria dos negros está na zona rural, naquela época e hoje também. Então, como é que íamos para as escolas? Mandávamos um ofício com antecedência e tinha uma negociação com a diretoria da escola. Algumas escolas eram sensíveis a isso, quando tinha uma diretora negra que entendia, porque tudo era novidade.

Ninguém discutia a questão dos negros. Então ir para a escola, falar do negro, da história do negro, desmistificar a História Oficial, não é uma coisa fácil, não é? Havia algumas barreiras.

[FINAL DA FITA 1 – B]

V.A. – A gente estava falando das escolas. Então a Mundinha, como era ligada à área de Educação, conhecia um pouco o esquema que tinha que fazer.

M.C. – Exatamente. Eu me lembro que teve vez que ela fazia um intercâmbio com a própria Secretaria de Educação, aí as coisas ficavam até oficiais. Aí, quando foi na nossa gestão, o que nós fizemos? Nós ampliamos, porque na época da Mundinha, até pela inexperiência que se tinha, eu particularmente ia para essas palestras só para ouvir, porque tudo era novidade para mim e tinha muitas perguntas que eu ainda não sabia responder. O pessoal perguntava: “E na África do Sul, como é o *apartheid*?” Eu não sabia. Mas eu acho que é interessante porque a partir das palestras que a gente ia dar nas escolas, a gente via as nossas limitações e procurava aprender e estudar. Então a gente chegava com as dúvidas e com as necessidades que se punham diante da gente lá nas escolas. Aí nós ampliamos essas equipes, nós chegamos a ter umas 15, 20 equipes de três pessoas. Porque era um número tão grande de pessoas... geralmente tinha um que já tinha um desenvolvimento, uma experiência em palestras, em dar aulas, e botava duas pessoas para aprender, porque na realidade era uma prática também de ensinar novos militantes nesse trabalho de palestras. Aí nós tivemos muitas barreiras. Tinha escola que a gente chegava, já tinha mandado o ofício a um mês e ele não aparecia, o diretor não queria a palestra. A gente tinha que ameaçar denunciar na Secretaria de Educação. Não é fácil não. Não foram fáceis esses momentos. Depois a coisa se tornou mais rotineira, aí já tinha colégio que convidava a gente. Aí a gente começa a ser convidado também para as escolas particulares. Escolas como a Marista, Dom Bosco, que são escolas onde majoritariamente o negro não vai, tem pouquíssimos negros, mas que chamavam a gente também. Então nessas escolas a gente ia atendendo a um pedido, a um convite, e nas outras a gente se convidava e muitas vezes tinha dificuldades. Sempre tinha um diretor aqui, acolá, que botava barreiras para gente. Mas isso foi vencido com o tempo. Então esse foi um trabalho que nós fizemos, que continuamos da gestão anterior. Aí se criou, com a história dos intercâmbios através dos encontros de negros do norte e nordeste, esse intercâmbio era... na época parecia que esses encontros não davam

em nada, mas depois a gente vai analisar e ver que isso era uma riqueza imensa esses encontros de negros do norte e nordeste, porque havia um intercâmbio dos trabalhos, das experiências. Então, essa experiência que o CCN tinha de ir para colégios dar palestras foi copiada no nordeste todo. A experiência dos blocos afro da Bahia, praticamente copiada também, porque aqui a gente fez o Akomabu, lá em Pernambuco também, Belém fez também bloco afro. Então eram experiências válidas.

E aí apareceu uma discussão da questão mulher negra dentro do movimento negro, onde elas sentem uma necessidade de uma autonomia. Aí cria-se também dentro do CCN o grupo de mulheres negras Mãe Andreza, que hoje é um grupo independente.

V.A. – E agora saiu do CCN?

M.C. – É. Agora é um grupo independente.

V.A. – Quem é Mãe Andreza?

M.C. – Mãe Andreza foi uma das baluartes da Casa da Mina, que é o terreiro de Mina mais antigo daqui. Ela foi uma das mães-de-santo. E, diga-se de passagem, ela marcou muito, diz-se que ela era muito popular, muito carinhosa com a população. Então ela marcou muito e em homenagem à mãe Andreza, colocaram o nome do grupo de Mãe Andreza. Aí criou-se o grupo de capoeira dentro do CCN, isso não significa que antes não havia algumas coisas de capoeira, mas não formalizado em um grupo. Aí criou-se um grupo, criou-se um grupo de dança, que é o único que ainda hoje sobreviveu desse período, o grupo de dança afro Abanjá, que significa “na luta agora já”. Eu não sei a língua. E criou-se o time de futebol, porque tinha a experiência em um estado que havia, dentro do movimento negro, um time de futebol. Tudo isso porque as pessoas que iam para o CCN iam querer se interessar em participar do time de futebol. Aí depois o time de futebol já tinha 1ª, 2ª divisão, porque era muita gente. Então você vê isso em uma entidade. A gente fazia reunião que dava 80, 90 pessoas, porque aí continuava tendo a reunião de formação. Esse pessoal, mesmo sendo do time, uma condição *sine qua nom* para participar dos grupos era participar das reuniões de formação. Então, o que fazia o time de futebol, além de jogar? Eles iam para a periferia jogar com os times da periferia e iam para as comunidades negras rurais, mas antes do jogo eles tinham uma conversa e falavam um pouco da História do Negro e na época eles mesmos elaboraram uma cartilha.

V.A. – O grupo de futebol?

M.C. – É. Falando um pouco da História do Negro, e distribuíam no final do jogo para o pessoal. Então era um trabalho que se fazia, não é? Mas isso causou muito conflito interno, que



é natural dentro do... por exemplo: as mulheres, o grupo de mulheres negras achavam que o time de futebol era muito machista, tinham práticas machistas, e havia um conflito, um embate muito grande. Mas acho que isso foi salutar, porque a gente começou a trabalhar as contradições que estão na própria sociedade. E claro que, como o CCN se ampliou, se abriu, essas contradições da sociedade foram para dentro do CCN, todas essas contradições. A gente sempre estava chamando o pessoal, porque a gente não queria criar um time de futebol para ir para Copa, mas queria um time de futebol para fazer a consciência. Para o pessoal não se perder e achar que a finalidade era ganhar jogo. Não era isso. E eles chegaram a realizar a Copa Negro Cosme, que é um dos heróis da História do Negro no Maranhão, que envolvia várias cidades do interior, além da capital. O pessoal vinha para cá, era uma espécie de Copa mesmo. Tinham as eliminatórias, primeiro lá no interior, aí vinha aquele que vencia para cá e durante três, quatro dias, com toda uma estrutura de hospedagem, de alimentação. Aí nesse momento todo mundo se envolvia. Acho que foi um momento muito rico que a gente viveu.

E aí, diga-se de passagem, a Mundinha foi a precursora de ir para as comunidades, botava uma máquina fotográfica debaixo do braço, dela mesmo, e ia para a zona rural, para as comunidades negras tirar fotos, fazer slides, depois ia para as comunidades mostrar esses slides. Ela fazia esse trabalho. E o que nós fizemos? Nós apenas demos continuidade a isso de uma forma mais sistematizada e mais articulada. Em 1986 nós fizemos o primeiro encontro de negros da zona rural.

V.A. – Eu ia perguntar exatamente isso. A gente viu em alguma pesquisa que a gente fez sobre o CCN, que em algum texto da Internet o CCN se apresenta como tendo nascido da questão rural dos quilombolas. E eu queria saber um pouquinho mais sobre isso.

M.C. – Esse encontro vai se dar em um momento que o país todo, a nação toda discutia a questão da Constituinte para a Constituição de 1988. E nós achávamos que não era interessante que nós só – nesse momento era só o Centro de Cultura Negra, não tinha outras entidades – aqui na capital, na cidade, discutirmos quais eram as nossas reivindicações para a Constituição, enquanto negros, e não ouvirmos o segmento majoritário que era o negro do interior, o negro da zona rural. Por isso que nós então entendemos de realizar esse primeiro encontro. Então o primeiro encontro tinha como tema “O Negro e a Constituinte”. Nós realizamos esse encontro.

V.A. – Isso foi na sua gestão?

M.C. – Foi. De 1986. Na realidade eu fiquei duas gestões. Até hoje o pessoal me olha como presidente do CCN, porque foram duas gestões. Aí depois disso...

V.A. – A gestão é de dois anos?

M.C. – É. Foi de 1985 a 87 e de 1987 a 89. Foram essas duas gestões. Em 1988 a gente fez o segundo encontro. Fizemos não mais na capital, fizemos no interior chamado Bacabal. Até para descentralizar um pouco da capital. E aí era muita coisa que a gente estava fazendo. A gente tinha esse leque imenso de atividades.

V.A. – E o trabalho na Caema? [riso]

M.C. – Eu era presidente à noite. Mas como era uma empresa pública, a gente tinha os furos, os momentos que a gente... e dependendo também dos humores da diretoria, que sempre estava mudando a diretoria da Caema, tinha diretores que entendiam isso. Até porque eu nunca escondi que era militante e dizia que ia, por exemplo, eu ia cedo para o serviço e a palestra era 10:00 h. Então o que tinha que fazer eu fazia, distribuía as equipes para o campo para fazerem o trabalho, e aí, 10:00 h eu ia para a escola fazer a palestra. Então o pessoal sabia. Tinha vezes que eu pedia a liberação realmente. Tinha período que a coisa ficava mais fechada, mas os outros davam continuidade. Então esse que era o militante. Hoje a gente diz assim: “Tem o militante hoje que já é profissional.” E eu sempre fui militante voluntário porque eu tinha que batalhar pela minha sobrevivência e garantir o trabalho. Mas o trabalho não era centrado só em mim. Eu tinha esse papel de liderança, de coordenação, mas tinha uma equipe muito grande, muita gente trabalhando.

V.A. – Mas você estava falando que cresceu tanto, eu que interrompi.

M.C. – Cresceu porque criaram-se esses grupos todos que antes, efetivamente, não havia.

V.A. – E ainda esses encontros de quilombolas...

M.C. – E os encontros de quilombolas. Aí nós criamos uma expectativa junto às comunidades rurais, que já começam a nos procurar, a querer também que a gente fosse lá nas comunidades realizar palestras, descer para o interior. Tudo isso vai acontecendo. E aí vão surgindo grupos de movimento negro no interior, o movimento vai ganhando uma efervescência enorme, e a gente tendo que dar conta disso. Acho que é um momento muito... E aí começa a haver uma discussão assim: “Nós estamos crescendo ou nós estamos inchando? Vale a pena ter todo mundo aqui dentro?” E aí a gente também se questionava se as pessoas tinham consciência do papel enquanto militante do movimento negro, de qual era o objetivo do próprio movimento negro. Ou se estava lá apenas para dançar ou para jogar bola. Sempre havia esses questionamentos, que era necessário que houvesse isso que na época diziam que era cobrança. Claro que, em determinado momento, eu fui chamado de ditador, a Mundinha também, em

determinado momento, é chamada de ditadora, mas quem está no poder às vezes, poder entre aspas, à frente de uma organização, às vezes tem que ter braços mais fortes para conter a descaracterização do próprio movimento negro. Teve momentos em que a gente teve de ser duro, cobrar realmente. Então teve momentos em que a gente foi acusado, tanto pelo grupo de mulheres... Aí tinha o grupo de mulheres que depois se tornou independente, mas havia uma efervescência de tudo dentro do CCN. Na realidade tem um companheiro nosso que diz assim: “Nessa época vocês realmente eram um centro.” Porque nós centralizamos uma série de atividades. Hoje o trabalho com as comunidades negras tem a Aconeruq, que é a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão que hoje abarca isso, mas o CCN ainda trabalha com as comunidades. Nós temos uma entidade gerenciada, gerida e criada por eles próprios, pelos próprios atores dessa luta, que são os quilombolas. Mas na época era a gente, até porque a gente estava dando esses passos em conjunto com as comunidades. O time de futebol se extinguiu, teve um problema interno, o pessoal se desencantou e saiu. A capoeira também passou um tempo... O que continuou? O bloco, não com aquela grandiosidade de levar três mil, hoje está em torno de quinhentos, seiscentos componentes, mas sai todo ano, todo carnaval. Tem o grupo de dança Abanjá, que é um grupo de 1985 para cá, já tem quase 20 anos. O bloco tem 20 anos. E o Grupo Mãe Andreza, que trabalhamos fraternalmente em conjunto, mas se tornou um grupo que tem sede própria e tudo mais. Acho que é o momento da... depois disso, da nossa gestão...

V.A. – Isso que eu ia perguntar. Porque o primeiro presidente foi o Luizão, não é isso?

M.C. – Sim.

V.A. – Depois foi Mundinha, o senhor sucedeu a Mundinha...

M.C. – Duas vezes.

V.A. – Isso, de 1985 até 89. E depois foi quem?

M.C. – Aí foi a Lúcia Dutra. Aí depois foi mudando. Depois foi o Antônio Vieira. Hoje ele não está mais aqui no Brasil, está na Espanha. Nesse período ele era inclusive um companheiro, viveu maritalmente um bom período com a Socorro Guterres. A Socorro ficou como vice e o Vieira era o presidente. Aí, em 1995 a gente chegou a conclusão, eu já percebia há muito tempo, que a estrutura como o CCN se organizava era muito vertical, o presidente podia muito, centralizava. E a gente fez essa avaliação que era necessário mudar. Então hoje é uma coordenação. Tem três coordenadores gerais e tem as coordenações específicas dos departamentos.

V.A. – E quem são os coordenadores?

M.C. – Os coordenadores gerais hoje são a Socorro Guterres, Ivan Costa e Ana Amélia Mafra. Mas tão logo foi feita essa mudança de estrutura, quem foi o primeiro coordenador? Magno. Era eu, O Carlos Sérgio e a Maria José Silva, mais conhecida como Zezé. Nós compusemos a primeira coordenação nessa nova estrutura. Aí depois disso eu disse: “Não volto mais ao CCN.” Porque já tinha três gestões. Aí já mudou, ao invés de serem dois anos, foram três anos. De 1995 a 98.

A.P. – Voltando um pouquinho, o senhor comentou de uma ligação com o movimento negro nacional a partir de 1982, 83, com o encontro regional norte-nordeste. E em 1988, como se dá o centenário da abolição aqui? Havia uma articulação com o movimento negro nacional?

M.C. – Havia. Inclusive, em 1988, o encontro norte-nordeste aconteceu, se eu não me engano, em Recife. Nós, na realidade, fazíamos um intercâmbio muito grande com todas as entidades. A gente mandava correspondência e recebia. A secretaria então... na época a gente não dispunha, nem tinha esse negócio de internet, não tinha nada, era carta mesmo. E tinha dia de reunião que o secretário chegava lá 30 cartas para mandar para fora. E aí cada militante ficava com uma carta, porque a gente não tinha dinheiro. É barato uma carta para botar no correio, para mandar. Se a gente mandava 30, recebia 30 também. Então a gente sempre estava conectado com o movimento negro a nível nacional. Isso é uma coisa, a gente nunca se isolou. Agora, é claro que a gente tinha maiores intercâmbios com Belém e Salvador. Piauí é depois, nesse período nem tinha movimento negro assim mais efetivo. O intercâmbio de Ilê Aiyê vir aqui, o Akomabu ia para Salvador, sempre o cultural puxando esse intercâmbio.

V.A. – Belém era o quê?

M.C. – Belém tinha também um bloco afro.

V.A. – Que vinha aqui?

M.C. – Vinha aqui, tinha gente de Belém que não saía no bloco lá, mas vinha para sair no bloco aqui e passava o carnaval aqui no bloco da gente. E aí quando terminava o carnaval, tinha muita gente que ficava lá, ia para Belém. Então havia essa interação. 1988 foi um ano interessante e atípico, porque era um ano em que a gente se preparou para contestar o centenário da abolição que foi preparado oficialmente, na época o governo era José Sarney. Então era mais difícil para gente contestar já que o presidente era maranhense. Mas havia o Estado brasileiro se preparando oficialmente para homenagear a princesa Isabel, seus descendentes e tudo mais. Na época surge a Fundação Palmares, que vem aqui e traz uma proposta que no dia 13 de maio de

1988, haveria aqui no Maranhão, em São Luís especificamente, um grande show com os grandes artistas nacionais, Martinho da Vila, Leci Brandão e tudo mais. Seria feito esse show aqui e nós contestamos. Nós não aceitamos porque achávamos que não tinha motivo para fazer esse grande show. Nós até achamos que pode acontecer esse grande show de artistas negros aqui, mas em outro período. Não no período de fazer festa para o centenário.

V.A. – Quem foi que veio para cá falar isso?

M.C. – Na realidade, nós aqui no Maranhão oficialmente não tivemos...

V.A. – Não, da Fundação. Porque o dado que eu tenho aqui é que a Fundação é de agosto de 1988.

M.C. – Eu acho que veio... mas antes da criação oficial da Fundação Palmares, tinha um grupo, uma secretaria – eu não estou lembrando o nome aqui – que na realidade eles chamavam de “os notáveis”. Era o grupo dos notáveis. E esse grupo de notáveis...

V.A. – De negros notáveis?

M.C. – Exatamente de negros notáveis, que se sentaram para programar a festa do centenário. Esse grupo teve um nome dado nesse momento e depois que passou o período da festa, que se concentrou mais no mês de maio, eles deram o nome de Fundação Palmares. Mas foi em 1988. Antes de 88 havia um outro nome...

V.A. – Mas quem veio para cá falar com vocês?

M.C. – Se eu não me engano, no período, foi o Carlos Moura que veio aqui. E a gente teve alguns desentendimentos com o Carlos Moura porque ele achava que representava o Estado brasileiro e que ele aqui tinha que ser recebido com todas as pompas. Ele ligava hoje à noite e dizia: “Estou aí amanhã.” E queria que a gente então estivesse à espera dele, e a gente tinha algumas divergências políticas. Nesse período, pela minha inexperiência, eu achava que pela divergência pessoal, que era uma divergência pessoal política, eu achava que eu não tinha que conversar com o Carlos Moura. E na realidade eu, como representante de uma entidade, tinha que conversar com ele realmente, independente da minha posição pessoal. Mas isso a gente aprende com o tempo. Mas no período eu não era muito simpático ao Carlos Moura, a gente tinha muita antipatia pessoal um pelo outro. Até porque a postura dele não é pessoal é política. Eu o via com uma postura extremamente complicada. E o movimento negro todo via isso. Então programaram muita coisa para acontecer no Maranhão e a gente foi contestando tudo isso. Então o que aconteceu em 1988? O bloco Akomabu nesse período já tinha umas duas mil pessoas, e nós programamos participar do carnaval para fazer a abertura do desfile. O desfile

era domingo e concordaram com a gente e disseram que a gente ia fazer a abertura. Quando foi na véspera, de sexta para sábado do carnaval, não me lembro, aí chamaram a diretoria do CCN, e eu fazia parte, para avisar que a gente não ia mais passar no domingo, ia passar na segunda-feira. Deram uma justificativa lá, mas a gente sabia que o motivo era que a gente estava preparando um protesto contra o centenário da abolição, o bloco mesmo ia fazer um protesto na avenida. Então eles cancelaram a nossa participação nesse dia e se a gente quisesse, passava só segunda-feira, que não tem público, não tem ninguém. E aí a diretoria se reuniu, aí foi uma reunião realmente fechada e nós decidimos que íamos passar no domingo, contra a ordem da comissão organizadora do carnaval. E aí foi toda uma organização de guerra mesmo, a gente partiu para a guerra. A gente dizia assim: “Se for necessário o embate, a gente vai transformar cada instrumento em arma.” E fomos para passar. Só que no dia que a gente disse. Nem os próprios militantes sabiam disso. A gente tinha um roteiro e a gente desviou desse roteiro para ir para a avenida. E passamos na avenida. Pegamos todo mundo de surpresa, eles não tiveram tempo, o aparato policial era pequeno, porque se a gente tivesse avisado eles botavam a polícia toda para impedir a gente de passar. E fizemos o protesto. E foi muito emocionante porque teve um momento em que se cantou a música 13 de maio: “13 de maio a nação nagô não faz festa não, não faz festa não” no ritmo do bloco, e todo mundo do bloco com a mão erguida fazendo assim, e o público também, a plateia toda fazendo assim. Foi algo muito emocionante. A gente chorava, porque primeiro foi o embate dizendo que a gente não ia passar e a gente dizendo que passava: “Vocês não passam!” Aí a gente dizia: “Se a gente não passar não tem mais carnaval, porque a gente está aqui na frente e as escolas estão aí atrás. E a gente vai ficar aqui noite e dias...” Aí eles chegaram à conclusão. Eu acho que deve ter essa fita lá no CCN, o presidente da comissão organizadora dizendo assim na entrevista que ele deu para a televisão: “É, eles vão passar. A gente tem que deixar eles passarem, eles são muitos.” Se fosse pouquinho não passava. Então a mobilização acaba sendo um fator de força política. E aí o ano todo a gente fez muito protesto realmente, muito protesto, de queimar a falsa história na praça, claro que era simbólico, a gente não ia fazer aquilo que teoricamente o Rui Barbosa fez, de queimar a nossa história. Era caderno velho, quem tinha papel velho, listas telefônicas, a gente dizia na televisão para o pessoal levar para a praça. Fizemos uma imensa fogueira, as pessoas iam jogando e a gente dizendo o que a gente estava queimando, que era a falsa história e a partir daquele fogo, construir a nossa verdadeira história.

Bom, uma coisa que se fez a partir da nossa gestão foi ir para a rua. Além do Akomabu, a partir de 1985 nós fizemos o primeiro ato em praça pública. Armamos palanque, era uma festa porque aí a militância que não trabalhava ia para a praça armar o palco. A gente comprava tábuas, prego, não tinha nada de palco pré-moldado, era a gente que construía o palco. Quando não era palco era em cima de caminhão, mas fazíamos a manifestação dia 20 de novembro. Em 1985 foi o primeiro, daí em diante foi sendo sempre construído, e dava cinco, dez mil pessoas na praça. Então é um momento muito forte nesse período. Não estou dizendo que fui eu o responsável por isso, mas que teve uma base que foi a Mundinha, que alicerçou isso. Acho que foi importante, foi o alicerce forte da formação, da construção mesmo ideológica do próprio movimento. E aí, quando nós chegamos, nós já fomos erguendo as paredes, botando o telhado e outras pessoas, e todo mundo...

V.A. – E os recursos, por exemplo, para montar esse palanque com tábuas? De onde vinha o dinheiro?

M.C. – Havia na época, até alguns anos atrás ainda havia, a contribuição financeira dos militantes. A gente contribuía mensalmente, tinha uma contribuição. Fora isso, nós tínhamos festas que nós realizávamos, e o Akomabu acabou sendo, vamos dizer assim, o grande mantenedor da entidade. Porque a gente começava a fazer os ensaios do bloco. O que era o ensaio do bloco? A bateria tocando, os cantores indo cantar e o público chegando para dançar, cantar, e tomar cerveja, e tinha um tira-gosto, e às vezes a gente começava desde de manhã, tinha feijoada. E isso gerava uma renda a partir de setembro, às vezes a gente exagerava e começava em agosto. Mas era geralmente em setembro que a gente começava com esses ensaios todo o fim de semana. Quando chegava no carnaval, além de a gente já ter o dinheiro para botar o bloco na rua, comprar instrumentos, claro que cada um comprava sua fantasia, pagar carro de som, essas coisas todas, o dinheiro que tinha para isso era gerado por esses ensaios, e sobrava dinheiro. E esse dinheiro mantinha o CCN até o mês de maio, que era o período da Semana do Negro, aí para mandar fazer cartaz, dar transporte para alguns palestrantes, porque às vezes a pessoa era estudante, dependia do transporte e a gente tinha que dar uma cota de dinheiro para o pessoal se deslocar para as escolas. E depois a gente começou a descobrir o caminho das pedras, que são – e foi com muita dificuldade que nós descobrimos isso – os projetos. Enviar projetos para entidades. O primeiro projeto que a gente conseguiu foi um projeto chamado Vida de Negro, em parceria com a Sociedade de Direitos Humanos. Por que em parceria com a Sociedade? Porque a Sociedade de Direitos Humanos sempre foi

parceira nossa. Inclusive as primeiras reuniões da gente, as primeiras reuniões de discussão da formação do CCN foram na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Então, quando nós tivemos aqui a vinda do Peter Male **[conferir]** da Fundação Ford, na época quem era presidente da Sociedade de Direitos Humanos era Marluze...

[FINAL DA FITA 2 – A]

V.A. – Qual era o nome dela?

M.C. – Marluze do Socorro Santos.

V.A. – Ela era presidente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

M.C. – Que já tinha uma parceria com a fundação Ford, projetos para trabalhar com a zona rural aqui nas áreas de conflito, e quando o Peter Male **[conferir]** veio aqui no Maranhão, em uma das vindas dele, ela levou ele até o CCN em 1987 para conhecer o CCN e falar do Projeto Vida de Negro. Porque esse projeto Vida de Negro, que não tinha esse nome, na realidade era um projeto de pesquisa sobre a realidade das comunidades negras rurais, era uma pesquisa cultural das manifestações, construído pela Mundinha. Então havia um esboço desse projeto. Quando o Peter Male **[conferir]** foi falar conosco, que nós falamos da importância da gente conhecer mais, de ter uma interação com as comunidades negras rurais, e das dificuldades que a gente tinha, eu fiz algumas viagens para lá, mas com dinheiro próprio, tirando do bolso e isso era difícil, a gente tinha muitas comunidades... E ele então disse para gente fazer um projeto que ele aprovaria. Mas, em decorrência do CCN ainda não ser conhecido a nível internacional, e a Sociedade já ter esse espaço, ele sugeriu que a gente fizesse em parceria com a Sociedade esse projeto. Aí nós nos reunimos, discutimos e resolvemos chamar o projeto de Vida de Negro. Que tinha como objetivo fazer um levantamento das manifestações culturais das comunidades negras. Então, como já tinha tido o encontro, a gente tinha informações, além da relação que a gente tinha de algumas comunidades, já tinha informações de outras. Porque esses que vieram no encontro já traziam informações de outras comunidades. Então a gente já foi listando e trouxemos uma pesquisa nessas áreas. O que acontece? Esse projeto foi aprovado e começa em abril de 1988. Vai de abril... o projeto foi feito para um ano. A Constituição foi aprovada em outubro, quando chegou em outubro, novembro, a gente resolveu mudar o rumo do projeto. Assumimos isso, sabíamos que inclusive íamos ter que justificar, mas havia um dispositivo constitucional que garantia a titulação da terra e a gente então queria desviar o projeto para esse



resultado. Então nós pegamos um caso, que foi o caso do Frechal e fomos trabalhar isso. A nossa punição foi que a Fundação Ford não gostou disso e cancelou o financiamento, não o projeto. Porque aí a gente, por questão moral, dizia assim: “Vamos manter o projeto mesmo não tendo financiamento. Agora a gente toca o barco, continua. Aí manda o projeto para outros lugares.” Depois a Fundação Ford voltou a financiar o projeto, alguns anos atrás. Mas passamos um tempo porque eles falaram que já tinham tido algumas experiências muito negativas em Salvador, envolvimento com questões políticas na questão racial, e então eles não iam... Inclusive na época eles foram ameaçados de serem expulsos aqui do Brasil, alguma coisa assim. Teve um problema muito sério com eles e em decorrência disso eles não apoiariam, justificaram dessa forma que não apoiariam mais o projeto porque tinha desviado do rumo que eles tinham aprovado. E nós achamos que o projeto tinha que caminhar para isso mesmo. Então foi uma...

V.A. – Como é que conseguiram financiamento para esse projeto?

M.C. – Depois, como a Sociedade já tinha com a Oxfam, com a Interamericana, tinha outras entidades da Holanda, tinha outras fontes. A Sociedade, na realidade, era que tinha... tanto é que este ano é que o projeto desvinculou-se da Sociedade. Hoje é exclusivamente do CCN. Embora se mantenha a parceria. Tanto se mantém a parceria que eu hoje sou presidente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Sou presidente do Conselho Diretor de lá. Fui convidado e achava que a Sociedade, como trabalha na zona rural exclusivamente, e até para manter esse intercâmbio das entidades...

V.A. – A Sociedade só trabalha na zona rural?

M.C. – É. Só na zona rural.

V.A. – A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos é voltada para a zona rural?

M.C. – Para a zona rural.

V.A. – Desde o início?

M.C. – Não. No começo trabalhou em uma zona urbana daqui chamada Anjo da Guarda, na área de ocupações de terras e depois chegou à conclusão que essas ocupações de terras aqui era de gente que vinha do interior. Então a raiz do problema era no interior. Então teve uma decisão de mudança de rumo na Sociedade. Agora a Sociedade quer retomar trabalhos na zona urbana aqui em São Luís. Outro dia a gente até estava brincando assim: “Vai retomar as origens.” Porque a origem da Sociedade foi aqui na zona urbana de São Luís.

Aí vão acontecendo outros tipos de projetos, projetos às vezes em parceria com a prefeitura para trabalhar com crianças e adolescentes, projetos com o próprio governo federal e outros projetos que vão sendo financiados também por outras entidades internacionais. Eu tenho algumas críticas em relação aos projetos. Não apenas em relação ao CCN, mas em relação ao movimento. Eu acho que os projetos acabaram fragmentando o movimento, porque a gente ficou muito preocupado em cumprir aquilo que o projeto quer e perdemos a dimensão que nós somos movimento negro. O nosso trabalho é conscientização, é mobilização, nosso trabalho é político. Nós não temos a tarefa de, por exemplo, de botar uma escola, de botar oficinas semiprofissionalizantes, não. Podemos até, por uma questão de estratégia, fazer isso. Mas aproveitar esse espaço e esse público para fazer a consciência. E aí não houve isso. E acho que a gente se perdeu, e não foi só o CCN. Acho que a maioria das entidades que buscaram financiamento. E a gente até diz assim: “Os europeus conseguiram novamente nos dividir.” Porque o movimento negro hoje não consegue mais, os encontros acabaram, que mantinham o elo de intercâmbio riquíssimo, principalmente aqui no nordeste. E aqui mesmo no Maranhão onde existe agora não só o CCN, mas inúmeras entidades, é difícil a gente se encontrar. A gente se encontra sempre provocado por alguém ou por algo que vem de fora. Por exemplo, um encontro desse aqui gente se encontra. No dia da abertura lá a gente viu a militância do movimento negro das várias entidades. Mas se for o próprio movimento se autoconvocar, não consegue. Então é complicado isso, porque cada um está preocupado muito com o seu projeto, com a sua atividade, olha muito para o seu umbigo e não consegue se articular. Essa é a crítica que eu tenho em relação aos projetos. Mas não sou contra. Acho que tem que ter os projetos, mas desde que a gente tenha esse entendimento que o projeto é para trazer verba para gente desenvolver aquilo que é a nossa tarefa política: conscientizar, conscientizar, conscientizar. E ainda vamos encontrar muitos negros, mesmo tendo passado 25 anos, que ainda preferem se dizer morenos. Ainda tem. Qual a avaliação que a gente tem de 25 anos de CCN? Indubitavelmente nós mudamos a forma da sociedade ver a população negra e como a população negra, principalmente, se vê hoje, com direitos, como cidadão e tal. Isso é inegável. Agora, nós não conseguimos transformar essa consciência política em ganhos sociais, econômicos e políticos. Porque a periferia de São Luís, e nós conhecemos porque hoje eu trabalho nessa rádio comunitária e a gente conhece a realidade da violência, das gangues, da violência policial, da fome, do ensino público que caiu tanto, e isso afeta muito a população negra. E na zona rural você vai encontrar uma população extremamente carente, carente de

cidadania mesmo. Outro dia uma colega nossa que faz parte de um grupo de dança, porque aí o pessoal novo começa também a ir para a zona rural para pesquisar, para trabalhar, levar o grupo de dança lá, mostrar, fazer esse intercâmbio. E ela voltou muito chocada, chorou inclusive, porque ela estava em uma comunidade e chegou na hora do almoço convidaram ela para almoçar. E qual era o almoço? Café com farinha. Vocês conhecem a farinha d'água daqui, que é um pouco grossa? Porque essa é a produção da maioria das comunidades, a farinha. E ela chorou porque o almoço era isso: o café em uma xícara e a farinha, e as pessoas se servindo. Algum tempo depois foi outra pessoa e disse que não tinha nem o café, era um chá de capim-limão com farinha. Sabe o que é capim-limão? E tem lugar que não tem nem chá com farinha mais. Então é muita miséria. Eu acho que há uns dois anos atrás veio uma comitiva de negros americanos, todos já aposentados e tal, e ao invés de fazer turismo resolveram conhecer a diáspora africana, dos negros. E vieram aqui para o Brasil, foram em Salvador e vieram para o Maranhão. Aqui em São Luís conversaram com a gente e nós falamos: “Olha, se vocês querem conhecer a realidade do negro a gente vai levar vocês em algumas comunidades rurais.” Tudo bem, toparam, foram, choraram muito, porque nunca tinham visto tanta miséria. Mesmo na África, que alguns já foram, nunca viram tanta miséria. Então esse é o quadro que nós temos hoje. Então se há 25 anos atrás, quando o CCN se fundou, havia uma situação de pobreza, de carência, hoje piorou, 25 anos depois. Então esse é o grande desafio que o movimento negro tem. Não só o movimento negro do Maranhão e não só o movimento negro. Acho que a sociedade brasileira. De como transformar essa consciência política, essa consciência político-racial em ganhos. Senão nós teremos que ver nossos irmãos sendo violentados na zona rural e morrendo de fome na zona urbana.

V.A. – Essas pessoas na zona rural que tomam chá de capim-limão e farinha, elas têm mais consciência de raça agora?

M.C. – Têm. E é a contradição que a gente vive. Mesmo tendo adquirido tudo isso, mas falta a escola, principalmente a escola, a educação. Não tem. Às vezes é um barracão que o pessoal arma lá e diz que é a escola. Não tem um incentivo para a agricultura, não tem água de qualidade... Nós fizemos uma pesquisa sobre a qualidade da água em três comunidades e foi algo assim que não dá nem para você falar isso na comunidade porque você cria um terror. Se o índice de coliformes fecais tolerado, aceitável máximo, é um número estabelecido pela Organização Mundial de Saúde e que as companhias de água têm que chegar a esse índice de tratamento, é 200 por exemplo. No interior esse índice chegava em 1000, 2000, 3000. Ou seja,

a pessoa estava bebendo água com fezes. Terrível. E elas bebiam essa água. É claro que a gente foi lá, fez essa pesquisa e ensinamos como fazer um tratamento dessa água com um processo alternativo de clorificação com uma garrafa de refrigerante, onde você coloca várias camadas de areia, de pedra, de brita e também um pastilha de cloro que a gente esfarela e bota uma quantidade, e bota no poço, porque fica ali vários dias e vai fazendo o tratamento, a clorificação da água que mata essas bactérias. Mas isso o Estado que tem que fazer, a qualidade de água. Coisas que me espantam ainda, por mais que a gente ouça, a gente continua se espantando na zona rural, é quando a mulher diz assim quando a gente pergunta: “Quantos filhos a senhora tem?” Ela fala assim: “Eu tive dez filhos, cinco morreram.” É nessa média: cinco estão vivos e cinco morreram. Então o índice de mortalidade é enorme. Com uma água desse jeito não tem como sobreviver, não é? E uma outra coisa que me espanta, e muitas vezes a pessoa diz: “Mas isso é cultural, isso faz parte.” Uma menina de 17 anos com três filhos diz assim: “Eu só tenho três filhos.” Espanta a gente, não é? Porque para gente 17 anos é criança, na nossa família. Eu tenho uma filha de criação que tem 19 anos, eu muitas vezes a tenho como criança. Já até tem uma vida sexual, mas ter filhos... aí acaba. Que futuro vai ter essa jovem de 17 anos? É uma mulher e não tem mais perspectiva de nada, nem de estudar, porque vai criar os filhos. Quer dizer, a vida termina ali em termos de perspectivas futuras. Tem muita coisa para ser feita, o movimento tem muita coisa para ser feita. Por isso que eu ainda continuo militante, eu não tiro férias.

V.A. – Muito bem. Parabéns.

M.C. – Está bom?

V.A. – Está ótimo.

A.P. – Se não fosse pedir muito, eu queria de saber se o CCN participa do que a gente considera, pelas entrevistas, como alguns marcos, 1991 o Enen, 1995 a marcha de Zumbi, 2001 a Conferência de Durban? Se há alguma influência do que é produzido, do que é discutido lá em Durban para o movimento aqui do Maranhão?

M.C. – A gente sempre participou de todos esses momentos. Inclusive para ir para Durban houve os seminários, os congressos a nível municipal, depois estadual com a carta do Maranhão que acabou também fazendo parte da carta... e foram vários militantes daqui do Maranhão, e do CCN, se eu não me engano, foram umas três, quatro pessoas. Participaram primeiro no Chile, da preparatória regional, foi uma companheira nossa, a Sílvia Cantanhede. Foi em 2000 no Chile e em 2001, não foi? Nessa de 2001 ela não foi porque descobriu que estava com câncer

de mama em estado avançado. E ela não teve mais condição de ir porque foi fazer o tratamento, mas não adiantou porque morreu. Mas foram. E essa é uma discussão assim, sempre nas nossas reivindicações, na nossa luta a gente coloca o que saiu de Durban. E foi uma discussão que se travou desde aqui do local, nacional, mundial e depois joga fora? Tem que se considerar essas coisas. E em 1995 nós participamos da Marcha Zumbi, levamos, teve pessoas aqui do Maranhão que inclusive foram entregar a carta de reivindicação do movimento negro ao Fernando Henrique Cardoso. Já estamos nos mobilizando para a Marcha Zumbi +10, no próximo ano. Já temos um comitê aqui em São Luís. Queremos agora estender isso com a participação do pessoal do interior. Provavelmente a gente vai ter que fazer reuniões bimensais para que o pessoal do interior possa vir, tem gastos e tal. Mas em todos esses momentos o Centro de Cultura Negra sempre esteve presente. Porque aí acaba, vamos dizer assim, sendo a grande referência do Maranhão. Porque foi a entidade pioneira.

Vai ser publicado, não sei, talvez vocês recebam, mas vai ser no dia 15, vocês não estão mais aqui, não é? Vai ser publicado o jornal *Zumbido*, que é um jornal que de vez em quando a gente publica. Dependendo da grana e do momento, a gente publica. E eu fui incumbido de fazer uma matéria sobre Alcântara. Na realidade o que eu fiz, vocês já viram o jornal *Irohin*? Está sendo distribuído aqui no encontro. É um jornal a partir de Brasília e me convidaram para fazer uma matéria sobre Alcântara. Eu acompanho Alcântara. Fim de semana, qualquer audiência pública que tenha em Alcântara, qualquer ato público lá em Alcântara, aqui a gente acompanha Alcântara porque, depois você leiam a matéria, na realidade ali houve um genocídio. Há uma tentativa de genocídio contra a população negra de Alcântara. Então a gente participa desses momentos. Vai ter no jornal *Zumbido*, que vai ser distribuído em 15 de setembro, uma matéria que eu fui encarregado de fazer sobre Alcântara. Está lá, eu apenas reduzi porque o espaço era menor, no jornal *Irohin* a matéria está maior. No primeiro dia aqui, depois da abertura, tinham pessoas com caixas distribuindo esse jornal, vocês não pegaram?

Além disso eu sugeri que nós fizéssemos uma enquete com várias pessoas da sociedade a falar, a nível acadêmico, cultural, os próprios moradores de lá da área do Centro de Cultura Negra, da vizinhança, para falarem um pouco, uma avaliação que eles fazem do CCN. Eu acho que ficou interessante. A princípio o pessoal ficou assim receoso, que podia ter críticas pesadas. As pessoas estão fazendo críticas, achando que o CCN se afastou um pouco desse trabalho de base das periferias e tal, mas é uma avaliação. E tem uma professora Claudete, que é da universidade, aposentada, e ela fala – eu achei muito interessante a simbologia que ela usa –

que o CCN foi um trator que abriu uma estrada e foi abrindo essa estrada. E dessa estrada foram surgindo várias outras vielas, vários outros caminhos, as outras entidades. Que no frígir dos ovos todos estão querendo chegar no mesmo objetivo, que é a luta antirracista. E achei interessante essa coisa de ser estrada, ir abrindo estrada e todo mundo usando essa estrada. Acho que esse é o papel de uma entidade que foi precursora. É claro que hoje já tem várias outras entidades e também contribuindo para a construção desse caminho. São vários caminhos agora.

Não sei se respondi, mas nós estamos efetivamente em todos os momentos da vida nacional. Eu tenho um filho, Márcio que tem 22 anos e tenho dois agora, que não do mesmo casamento.

V.A. – E os dois têm que idade?

M.C. – Um tem 10 e o outro tem 9. Um é Magno Filho, porque na realidade a gente pensava, queria que fosse uma menina, nunca fizemos o exame para descobrir o sexo. E queríamos que fosse uma menina. Aí a gente tinha já um nome, que era Laura, o nome da minha avó, tinha uma história. Nasceu um menino, a gente estava sem nome, aí uma cunhada minha falou: “Por que não bota o nome do pai?” Aí ficou assim, ela que botou. Aí do segundo, a gente disse assim: “Agora vai ser uma menina.” Um ano depois já nasceu o segundo, foi “vapt-vupt”. E aí nós dissemos assim: “Vai ser Laura Mandela.” Era o nome da minha avó e uma homenagem ao Nelson Mandela. Aí veio um menino, aí ficou Lauro Mandela. É engraçado, porque o nome dele já provoca muitas interrogações na escola. E outro dia eu fiquei muito feliz de saber que uma coleguinha dele disse assim: “Mamãe, agora que eu descobri por que o nome do meu colega é Mandela.” Eu fui em uma reunião dos pais, e durante a festa dos pais eu estava lá, aí me olhava... Não. Primeiro ela disse isso, que tinha descoberto por que o nome do Mandela era esse, porque ela viu na televisão falarem do Nelson Mandela. Aí depois um dia ela me olhou com esse cabelo e tal, aí disse que al chegou em casa e disse: “Agora que eu entendi por que o pai do Mandela botou o nome dele de Mandela. Porque ele tem o cabelo assim daquele pessoal de movimento negro.” É interessante. A nova geração agora do CCN, porque agora são os filhos dos militantes que começam a ir, saem no bloco. Não vão passar pelo que a gente passou, com certeza, em termos de perda da identidade. Isso foi cruel para nós. Da gente trabalhar esse resgate da nossa identidade, de gostar de ser negro. Parece algo tão fácil, e foi tão complicado de se construir. Steve Biko dizia isso, que tinham destruído a gente, destruíram, deixaram só uma casca, tiraram a nossa essência. E é o que a gente está fazendo, colocar a essência, retornar

essa nossa essência. Eu também faço parte do Sindicato dos Urbanitários, inclusive como diretor de formação. 90% da diretoria do sindicato é negra, mas o pessoal sempre se nega a discutir a questão racial. Eles têm dificuldades. Eles são exímios diretores, exímios sindicalistas da CUT na discussão, no embate contra o empresariado, isso eles fazem com uma competência, mas na questão racial aí eles... Então o meu papel dentro do sindicato hoje é levantar a questão racial. Eu sempre estou dizendo em qualquer lugar, dentro da Sociedade de Direitos Humanos: “Estou lá enquanto militante do movimento negro.” Para a Sociedade não deixar de desenvolver um trabalho que desenvolvia quando tinha um projeto Vida de Negro, ou seja também desenvolvendo um trabalho voltado para o étnico. E eu sempre digo: “Sou efetivamente um militante do movimento negro.” Então em qualquer lugar que eu esteja, eu estou lá enquanto militante do movimento negro. Já fui militante do Partido dos Trabalhadores, inclusive em 1988 fui candidato. Em 1988 fiz tanta coisa, fui candidato. Tive uma votação expressiva, mas como não conseguimos o coeficiente eleitoral, o PT elegeu só um candidato e eu fiquei como suplente. E daí em diante eu não me candidatei mais. O pessoal sempre diz: “Mas por que você não se candidatou?” Teve muita confusão na época. Muitas contradições: o PT achava que o meu discurso era só do movimento negro, que eu não falava do Partido. E o movimento negro, por outro lado, achava que eu falava do Partido e não falava do movimento negro. Então eu resolvi... eu acho que eu posso algum dia ainda sair como candidato, mas desde que haja um consenso, senão total, parcial, sobre a minha candidatura. E não sair porque eu quero, como uma questão pessoal. Mas o que mais me chocou durante a campanha em 1988 foi eu saindo da sede do CCN – que é em um bairro de periferia, bairro João Paulo –, estava tendo um reunião lá e eu saí, vinha subindo para pegar o ônibus, e eu já tinha gravado para o programa do PT. Cada vereador tinha um espaço de dez segundos, hoje tem mais porque o Partido cresceu, mas na época era cruel. Dez segundos eram para eu dizer assim: “Eu sou Magno.” Ou então: “Meu número é 13...” Não lembro mais o número. O número ou o nome. Não dava para dizer as duas coisas. Era uma aparição rápida e é lógico que eu aparecia, nessa época eu estava barbudo. O tipo do petista era usar barba, o Lula usava, e boina colorida... hoje eu ainda tenho algumas boinas, roupas coloridas, e com esse cabelão, então causava um impacto a minha imagem, não é? Aparecia e sumia rapidamente. E eu ia subindo e passei por uma casa humilde e vi a chamada do PT, e tinha uma música que era característica da inserção. Aí eu me lembrei que nesse dia eu ia aparecer, porque não era todo dia que aparecia, eram muitos candidatos. Aí eu me lembrei que nesse dia eu ia aparecer, e nunca tinha me olhado na

televisão em campanha, aparecia mais na televisão como militante do movimento negro. Eu corri e fiquei em uma janela lá na casa, uma salinha lá e a televisão ligada, uma típica família negra, típica não, uma família negra. Porque a típica nem tem pai, geralmente é a mãe que é a chefe e os filhos. Mas nessa tinha um pai negro, todos indubitavelmente negros, e o pai sentado, tinha três filhos, parece que dois rapazes, uma jovem já quase adolescente e a mulher, também assim. Aquela postura do pai com o pé na cadeira, sentado em uma poltrona, aquela coisa do chefe, não é? A mulher sentada de uma forma mais submissa e os filhos assim. Na realidade ninguém estava olhando para a televisão. Horário político ninguém olha para a televisão. E na hora que eu apareci todo mundo olhou. E o impacto, porque foi imediatamente, eu apareci...

[FINAL DA FITA 2 – B]

Nome do Entrevistado: Magno José Cruz

Local: Neab – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão, em São Luís.

Entrevistadores: Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira

Projeto: História do Movimento Negro no Brasil

Transcritor: Amilcar Araujo Pereira

Data da transcrição: 09/03/05

Fita: 3

*Entrevista: 08/09/2004*

V.A. – Vamos recuperar um pouquinho, estava a família, o pai, três filhos...

M.C. – E a mãe.

V.A. – E o pai com a perna assim, aberta, e a mãe...

M.C. – E eu apareço, isso rapidamente, então o pai se levanta e muito indignado faz assim para a televisão: “Mas o que esse negro quer rapaz? Esse negro não está vendo que isso não é lugar para ele?” Aquilo... eu não consegui superar isso até hoje, acredita? Mesmo com toda a militância, com toda a força, aquilo me deprimiu tanto que eu pensei seriamente, no outro dia,



em abandonar a campanha. Mas a gente já estava no barco e não tinha mais como voltar atrás, até seria uma covardia. Mas aquilo me chocou muito, de ver o meu povo dizendo aquilo. O meu povo não ia votar em mim. Na realidade eu cheguei a essa conclusão. Até que tive mil e poucos votos. Teve candidato com 600 que se elegeu porque tinha a questão do coeficiente eleitoral. Mas aí eu cheguei à conclusão, para superar isso, que nós temos que trabalhar. Não adianta lamentar. A gente tem que trabalhar. Eu não faço apologia que negro tem que votar em negro, mas tem que votar no negro que tenha coerência com a luta. Eu sempre voto no PT. Esse ano, provavelmente, devo votar no pessoal do PSTU. Eu estou muito desencantado com o PT a nível nacional, com o mandato do Lula. Porque na realidade o Lula aqui no Maranhão, para nós, foi uma perda, porque ele reforça uma oligarquia que causa a miséria do Maranhão. A oligarquia Sarney está mais forte do que na época em que ele foi presidente da República. Sarney hoje está mais forte do que na época que ele foi presidente da República, com o Lula, aqui no Maranhão. Em relação a questão de Alcântara eu acho que o Lula também pisa na bola. Ele não apresenta mudanças efetivas de uma política para barrar a ampliação da base. Porque na realidade a base, com esses acordos que estão sendo feitos com a Ucrânia e debaixo, subterraneamente, com os Estados Unidos, porque aquele acordo Brasil-Estados Unidos que fere, inclusive, a soberania nacional é um acordo que ainda não foi jogado no lixo não. Ele continua tramitando, infelizmente. E ampliações da base requerem a saída de mais comunidades, de mais famílias. 500 famílias estão previstas para serem deslocadas. Para nós isso é muito grave. Eu sempre voto pela coerência dos males e dos benefícios que estão sendo feito na conta do meu povo. Como eu não vejo isso, talvez seja até uma forma... eu não consigo analisar o Brasil sem analisar o que fazem ao povo negro. Então não voto esse ano em nenhum candidato do PT. É minha forma de protesto. Mas eu sempre digo que rezo todos os dias aos meus orixás para que Lula faça um bom mandato ainda e que ele se lembre que foi um nordestino que passou fome, e que ele cumpra algumas coisas que ele falou durante a candidatura dele. E eu saí do PT praticamente já na segunda eleição de Lula, eu percebi que o Partido começava a caminhar para a questão unicamente eleitoral. Porque quando eu participei do PT eu fazia parte do núcleo de formação. O que era esse núcleo de formação? A gente ia para as comunidades fazer trabalho de formação mesmo, ou para dentro dos sindicatos, para dentro dos movimentos, para ter um trabalho de formação política. Às vezes a gente até esquecia um pouco o Partido e era mais de entender a sociedade. E quando a gente percebeu que o Partido não ligou mais para isso, para esse trabalho de base, de alicerce, e se jogou para

uma luta desenfreada para ganhar a eleição, eu comecei a me afastar do PT. Votei em Lula nessa última eleição com restrição, com muita restrição. Com muita angústia, mas tirei todos os adesivos do Lula do meu carro no momento que soube que ele estava fazendo uma parceria, uma aliança com o PL. Aqui no Maranhão o PL tem o que é de mais atrasado, que é o Remi Trinta, que a nível nacional ele se projetou como o cara que discriminou um piloto da Transbrasil, o Sérgio Arquimedes, alguns anos atrás. Ele discriminou o co-piloto e isso saiu em todos os jornais a nível nacional. E aqui no Maranhão ele estuprou uma negra, uma empregada doméstica. E esse Remi Trinta aqui é o representante do PL e fez uma aliança com o PT. E isso para mim foi extremamente dolorido, votar em Lula sabendo que ia haver uma aliança nacional e local com um partido que tem como representante um racista assumido, porque as práticas dele são terríveis. Mas eu ainda acredito que Lula conseguirá fazer um bom mandato, espero. Alguns desencantos que a gente tem com a vida partidária. Aí, hoje eu não voto mais com o partido, voto com a coerência. Mas eu acho que o pessoal do PSTU, mesmo com o radicalismo às vezes contraditório, porque eles dizem que eleição não resolve nada mas são candidatos. Por falar nisso, Amauri, seu pai, escreveu uma cartilha *O negro e as eleições*, não é esse que ele participou? Pois essa cartilha serviu muito para a nossa formação. Para a gente discutir questão política-partidária, a gente tinha aquilo como bíblia, como base.

A.P. – É mesmo?

M.C. – É.

A.P. – Vou falar isso para ele.

M.C. – Aquilo foi fundamental para nós. E ele inclusive fala isso que hoje o pessoal está falando, que eleição acontece todo o tempo e não muda a situação do povo negro, muda? Porque se eleição mudasse alguma coisa a gente no Brasil estaria em uma outra situação, porque tem eleição de dois em dois anos. A gente não pode jogar peso em uma eleição. Acho que a gente tem que ver as eleições com um certo cuidado. Porque senão a gente se joga, e esse é o meu medo. Porque querendo ou não, a gente acaba sendo uma referência do movimento negro. E na época que eu fui candidato muita gente dizia assim: “Ora veja, a gente acreditava que tu era um militante do movimento negro, mas na hora tu estava só sendo um oportunista para...” Nesse país as pessoas ainda não conseguem ver, e tem razões para isso, o político ligado a um partido como uma pessoa séria. Então, qualquer pessoa que passe a fazer parte desse círculo é visto com muita restrição. Então isso não legal para o movimento negro, que referências que hoje tem, vamos dizer assim, o aval de falar, de criticar, porque o que eu falo,

o que a Mundinha fala, o que Luizão fala, o que João fala, são coisas que a sociedade ouve com muita respeitabilidade, com muita credibilidade. Por isso eu me afastei, para não enfraquecer mais o próprio movimento. Eu acho que hoje a luta partidária acaba fragilizando muito os movimentos e, de certa forma, todos os candidatos que saíram dos movimentos e foram eleitos, não saíram bem não. Ou acabaram se desvencilhando do movimento e ficando na mesma prática antes criticada pelo próprio ex-candidato. Eu tenho muita restrição em relação... Gostaria que aqui no Brasil a gente tivesse a mesma Constituição que tem a Colômbia, se eu não me engano é a Colômbia que tem candidato por movimento. Então o movimento de mulheres lança sua candidata pelo movimento, o movimento dos indígenas lança o seu candidato, não por partido político, mas pelo movimento. Tem uma cota estipulada para os movimentos. Então o movimento negro também tem um candidato. Então os movimentos têm uma cota de candidatos. Seria bom, porque eu me candidataria pelo movimento negro, não teria que sair por partidos que com muita dificuldade discutem a questão do negro. Está muito aquém, a discussão nos partidos está muito aquém do que a gente já discute. Então, você ir para dentro de um partido hoje é um atraso porque é você querer começar praticamente do zero, porque a concepção do pessoal é muito... Eu fui, dias 1 e 2 eu estava em Brasília participando de um seminário realizado pela CUT, onde há um problema que está acontecendo, já acontecia, mas agora está acontecendo mais ainda e a CUT está se preparando para enfrentar, que é a demissão de dirigentes sindicais. Então isso está acontecendo muito no Rio e em Salvador, principalmente. Como no Maranhão a gente tem a mania de copiar coisa ruim de fora, antes que aconteça aqui no Maranhão, a gente então resolveu participar. O sindicato me mandou representando. Mas o que a gente ouve durante um encontro desses são coisas terríveis: “A situação está preta!” “O buraco negro.” São expressões extremamente racistas que as pessoas... são coisas que nós já nos policiamos para não estar reproduzindo na nossa fala o racismo. E a gente ouve isso, não é? E a questão racial sempre fica muito longe. Tinha alguns militantes. A gente sempre encontra nesses lugares, aqui e acolá alguns militantes do movimento negro. E a gente sempre faz a nossa intervenção, principalmente nesses momentos que surgem essas palavras assim. Às vezes a gente radicaliza: “A situação não está preta, não é? Nem tem preto no poder.” É uma expressão até racista essa, não é? Se tem que dar cor a situação é branca, pelo que está no poder. A situação está ruim, na realidade é isso que tem que dizer, mas não preta. Ou então: “Fulano denegriu a imagem...” Denegrir é enegrecer. Então os partidos estão nesse patamar de discussão, a CUT também, vai resgatar a história do trabalhador brasileiro aí

começa a falar dos imigrantes europeus. E os negros? E os índios? Não eram trabalhadores. Desconhecem toda uma história da gente. Então eu estou nesses espaços, é lógico que eu não concordo a princípio que se crie um partido de negros, não sei como seria um partido desses. Parece que até a Constituição proíbe isso, um partido só de negros. Acho que não. A gente tem que ter um partido de acordo com a própria sociedade. Nós não podemos... Essa é uma característica do Centro de Cultura Negra, nós nunca fechamos para brancos, principalmente de pele clara, nunca. Inclusive o bloco. A gente recebeu críticas de negros e de brancos. Tinha branco que chegava para gente: “O bloco de vocês era melhor.” Porque no primeiro ano realmente só saía muito negro, depois as pessoas foram se empolgando e saem algumas pessoas brancas, mas sai uma minoria. Mas tem gente branca que reclama disso.

V.A. – Era melhor quando era só negro...

M.C. – Tinha que marcar. No Ilê Aiyê não sai, pessoas um pouquinho mais claras do que eu já não saem no bloco. Tem um teste que eles fazem lá.

V.A. – Teste?

M.C. – É.

V.A. – Como é o teste?

M.C. – Dizem que é esse teste aqui, do risco. Porque a pele negra, na hora que você passa aqui, é porque eu estou suado agora, faz um risco.

V.A. – A minha também faz.

M.C. – Então tu passaria no bloco lá do Ilê. [risos] Pois é, a gente nunca teve esse problema. Nós tivemos o VII Encontro de Negros do Norte-Nordeste no Pará, são história assim interessantes, e o Aniceto, que depois foi coordenador geral do CCN, ele é antropólogo, e ele tem a pele clara, o cabelo duro como o meu assim, mas ele tem a pele clara e as feições negras. Ele tem a pele clara assim da sua cor mais ou menos, e na hora de fazer a inscrição, não quiseram fazer a inscrição dele porque ele não era negro, classificaram ele como branco. A nossa delegação, depois do Pará era a maior, nós levamos dois ônibus daqui para o Encontro. Aí falaram que ele não ia participar. A comissão organizadora foi chamada e foi aquela polêmica. E aí o que nós fizemos? Veja bem: nós tivemos que dizer que todos nós voltávamos, nós estávamos com os ônibus fretados, todo mundo se arrumou para pegar o ônibus e voltar se ele não fosse participar do Encontro. Porque classificaram ele como branco. E lá no Pará o pessoal... eu falei que tinha algumas pessoas no Pará que eram militantes lá do Cedenpa e que vinham passar o carnaval aqui. Porque uma pessoa assim com a tua aparência é militante lá da

entidade, mas quando chegava no período do carnaval, não podia sair no bloco. E o que eles faziam? Vinham para cá para o Maranhão sair no bloco daqui. A gente sempre questionava: “Pô, mas vocês tem que sair lá no bloco.” “Não, porque lá eles não classificam a gente como negro. Então lá não podemos sair no bloco.” Eu falava: “Então é complicado, porque você são militantes da entidade e no período de carnaval vocês não podem sair no bloco?” Conclusão: o bloco acabou, não existe mais. Saiu dois, três anos e acabou. Eu não concordo muito com isso. Eu acho que nós temos que contemplar o que a sociedade tem. Se a sociedade tem negro, a família da gente tem negro e branco. A minha família tem loira, só que com uma feição assim como a minha, lábios grossos, mas de pele bem clara e cabelo amarelado. Foi misturando. Uma tia minha que casou com um sírio-libanês, aí mesmo sendo mestiça pode ser classificada como branca. E como é que eu vou querer constituir uma entidade, um bloco, ou uma sociedade onde eu exclua? Nós não podemos fazer o mesmo que fizeram e estão fazendo com a gente. Não podemos. Até porque esse é um processo do africano, da inclusão e não da exclusão. Nessa rádio comunitária que a gente faz, depois de muita discussão a gente conseguiu... a gente pensava em fazer um programa ecumênico. Chegamos à conclusão que não tinha condição, porque surgiu tanta discussão. Então tem os programas separados da Igreja Católica, da Igreja Evangélica e das Religiões Afro. Mas o único programa que consegue ter uma abertura é o programa da Religião Afro, que atualmente quem está fazendo sou eu, porque o rapaz que fazia saiu por motivos pessoais e eu assumi. Eu acho legal porque a gente acaba aprendendo também, os entrevistados vão, falam e a gente vai aprendendo uma série de coisas. É chamado Povo de Santo, muito bom o programa. Bom para mim porque estou aprendendo muita coisa. E a gente também vai...

V.A. – Mas como assim tem mais abertura? Não entendi.

M.C. – É porque, por exemplo, outro dia eu fiz o seguinte: eu gravei a fala de vários pais-de-santo, mães-de-santo mandando sua benção, seu axé, e gravei uma fala de um padre. O que não acontece com um programa católico. Ele nunca vai gravar uma fala de uma pai-de-santo, nem um evangélico. Essa é a abertura que eu acho. Se tem uma musica bonita feita pelos gregorianos, eu boto no meu programa. O cara que fazia antes, que era pai-de-santo também, fazia isso. Aí eu acho interessante porque a gente contempla o universo religioso. A nossa religiosidade não vai depender de facções, não pode ficar dividida. A gente está aprendendo. O processo é esse, a gente está sempre aprendendo. Eu me sinto um eterno aprendiz, como diz o Gonzaguinha. Eu estava junto com a Mundinha coordenando um Grupo de Trabalho aí, e

coisas assim interessantes que foram trabalhos de pesquisadores, teses, monografias que foram apresentadas e que a gente fica: “Temos que aprender...” E a nossa esperança em relação a esse congresso aqui é que todas essas experiências, esses trabalhos, esses estudos cheguem à comunidade negra. Como transformar isso em uma coisa não tão acadêmica para que os negros tenham conhecimento disso? Acho que isso também vai ser um grande desafio. Porque senão fica uma discussão muito...

V.A. – De pares, não é?

M.C. – A gente falando para nós mesmos. Acho que já foi bom, não é gente?

V.A. – Tira só uma dúvida, porque ontem a gente entrevistou o João Francisco. E você falou bastante agora do PT, das questões partidárias e ele entrou para o PDT assim que foi formado o PDT. E você também falou do jornal *Zumbido*, porque parece que houve algum problema com o jornal dele, a gente não entendeu direito, um jornal que não era dele, era do *Akomabu*. O que aconteceu? Ele não quis falar, disse: “Agora são águas passadas...”

M.C. – Ainda quando ele era militante do CCN, ele junto com outro companheiro nosso do CCN, o Manuel Neto, que é jornalista, eles produziram acho que por dois anos um jornal chamado *Akomabu*, com o nome do bloco. E era um jornal interessante porque ele retratava as notícias, as informações da comunidade negra, quer a nível local, do interior e daqui, e a nível nacional e internacional. E às vezes coisas que aconteciam na África do Sul saiam no jornal. Então provavelmente ele tenha todos esses números, então uma coisa riquíssima, um arquivo valiosíssimo. Isso aí não se questionou o nome do jornal, até porque ele fazia parte da entidade. Ele sempre teve uma ligação muito forte com o PDT, ele deve ter falado. E eu quando entrei também para o movimento negro, para o CCN, havia a Mundinha também, não sei se era filiada, mas havia uma vertente muito forte de pessoas ligadas ao PDT. Depois é que vai entrando pessoas ligadas ao PT, eu, o Vieira, a Socorro, já pessoas ligadas ao PT. Mas no começo era mais PDT. Bom, aí o que vai acontecer? O João Francisco, sem que nós soubéssemos, criou uma entidade chamada Associação Cultural Akomabu. E é muito complicada, porque nesse período houve uma espécie de racha. Como é que nós ficamos sabendo da existência dessa associação? Um dia eu estava passando pela Secretaria de Cultura do Município para ver alguma coisa por lá e falaram assim: “Magno, tem um projeto aqui de vocês que foi aprovado.” Eu falei: “Projeto?” “É. Um projeto do Akomabu.” Eu falei: “Eu não tenho notícia que o bloco tenha mandado um projeto para cá. Até para mandar um projeto, teria que passar pela minha assinatura como presidente da entidade, porque o bloco faz parte da

entidade.” Aí me trouxeram o projeto. Aí quando eu vi estava lá escrito: Associação Cultural Akomabu já com CNPJ, já existente com quadro de diretores e tal. E para mim foi um espanto. Tanto é que eu levei a discussão para a entidade: “Olha, criaram uma entidade aqui...” Aí acionamos o João Francisco e ele disse que o nome não era propriedade nossa, começou assim. Foi um embate, já começou um embate, porque você... não é um nome nosso, mas é questão de ética. Mesmo que ele tivesse feito isso ele teria que ter comunicado: “Vou criar uma entidade aqui e tal.” Então nesse período o João Francisco passou um tempão, que passava por mim e não falava. E eu falava com ele, dava boa tarde, bom dia... depois passou porque a militância supera essas coisas. Depois fomos participar de várias atividades feitas pela Associação Cultural Akomabu aqui. Tinha uma escola comunitária no bairro do São Cristóvão e fazia algumas atividades nessa área, muito voltado para a comunidade desse bairro. Houve esse problema realmente, não com o jornal.

V.A. – Ele não tocou no caso da Associação, ele falou do jornal.

M.C. – Tanto é que quando a gente faz a relação das entidades que existem, a gente coloca sempre a Associação Cultural Akomabu para inclusive diferenciar que tem o bloco afro Akomabu, que é do CCN e tem a Associação Cultural Akomabu que não tem nada a ver como CCN. E veja bem, é aquela outra coisa que a gente considera que não foi de boa fé, porque os projetos que a Associação Cultural Akomabu conseguiu aprovar, projetos pequenos aqui e acolá, eram considerados como sendo do CCN, como sendo do bloco, porque as pessoas não conseguiam entender como era que tinha, e o próprio João Francisco e outras pessoas que faziam parte da Associação eram todos do CCN. E todos de forma muito sorrateira, ninguém falou isso para gente. Depois a gente superou, mas foi uma coisa feita nos bastidores, na calada da noite e que espantou a gente. Porque a gente foi saber por terceiros. A gente podia ter compartilhado disso, até ter discutido se era necessário o nome. Por que esse nome? Não podia ser outro nome? Tantos nomes, não é? Aí tivemos esse problema realmente, mas são acidentes de percurso.

V.A. – Então está perfeito. Você quer falar mais alguma coisa?

M.C. – Não.

V.A. – Então está ótimo.

[FIM DO DEPOIMENTO]